

SESSÕES DO PLENÁRIO

26ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 18 de junho de 2015.

PRESIDENTE: DEPUTADA FÁTIMA NUNES (AD HOC)

A Srª PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Invocando a proteção de Deus declaro aberta a sessão especial “Água é Vida, ausência e excesso”, Política de Segurança Hídrica, proposta por esta deputada que ora vos fala, deputada Fátima Nunes.

Passo a compor a Mesa convidando as autoridades que vieram aqui falar sobre o tema do dia.

Convido para compor a Mesa: o diretor de revitalização de bacias da Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento, o Sr. José Olímpio Rabelo de Moraes, representando o Governo do Estado da Bahia (palmas); o Sr. Diretor da Diretoria de Águas, Dr. Bruno Jardim da Silva, representando o secretário de Meio Ambiente, Eugênio Spengler, (palmas); a Srª Coordenadora do Centro de Apoio às promotorias de justiça do meio ambiente e urbanismo do Ministério Público, Cristina Seixas Graças (palmas); o Sr. Superintendente do Ibama, Dr. Célio Costa Pinheiro (palmas); o Sr. Comandante da Polícia Ambiental, Major Natan Rocha, representando o comandante-geral, Coronel Anselmo Brandão (palmas); o Sr. Diretor regional do Instituto Nacional de Meteorologia do Ministério da Agricultura, Itajaci Diniz (palmas); convido o Sr. Diretor Técnico de Planejamento, César Ramos, representando o diretor-presidente da Embasa, Dr. Rogério Cedraz (palmas); representando a Caritas Brasileira Regional do Nordeste, Padre Francisco Almeida (palmas); o Sr. Diretor de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos, Godofredo Correia Lima Júnior, representando o diretor-presidente da CERB, Dr. Marcus Vinícius Bulhões. (Palmas)

Todos nós que viemos nesta sessão nesta tarde, várias autoridades que registrarei os nomes e agradecerei a presença no decorrer da sessão, foi exatamente pela importância do tema, porque todos nós somos conscientes de que sem água não tem vida. E não são poucos os estudiosos dos órgãos governamentais, como também das entidades da sociedade civil que nestes últimos 30 anos, desde quando criamos os sindicatos, as associações, a articulação do semiárido, participamos aqui dos comitês que cada um de nós carrega uma experiência de vida, um cuidado e um zelo pelo planeta e um desejo, cada vez mais, de conscientizar nossa sociedade sobre a

preservação e os cuidados que devemos ter com a água para que ela seja garantida, hoje, às pessoas e seja também garantida às gerações futuras.

Então, nada mais importante do que, nesta tarde, ouvirmos aqui os representantes, estudiosos, doutores dos órgãos governamentais, por isso quero, primeiro, ouvir a música do nosso jovem Fernando, que preparou para animar o início da nossa sessão, e logo depois ouviremos os palestrantes, para que cada um de nós saía daqui enriquecido das nossas idéias e do nosso compromisso com o Planeta Terra, cuidando de modo especial do Planeta Água. Com você, Fernando Mota.

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Agradecemos a composição musical, a alegria da tarde.

Nós temos aqui uma Mesa, como vocês mesmo já perceberam, de autoridades importantes dos órgãos públicos do Estado da Bahia e dos órgãos federais. De modo que eu sei que uma sessão e uma riqueza de conhecimentos como eles trazem aqui, uma tarde para cada um seria pouco para expor todas as suas idéias, seus trabalhos, seu planejamento. Mas, como a gente sabe que também têm outras tarefas, outras agendas, então a gente vai limitar um pouco o tempo para que a gente possa ter a oportunidade de ouvir a riqueza dos conhecimentos.

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Passo a palavra ao Diretor Técnico de Planejamento, César Ramos que ocupará a tribuna, nesse momento, para expor seus conhecimentos a respeito do tema.

O Sr. CÉSAR RAMOS:- Boa-tarde a todos!

Antes de tudo, gostaria de agradecer à deputada Fátima Nunes pela oportunidade e parabenizá-la pela iniciativa de organizar esta sessão. Em nome dela cumprimento a Casa e a Mesa e trago os cumprimentos de toda a diretoria da Embasa para todos aqui.

Esse tema é bastante amplo, por essa razão escolhi um tópico relacionado a esse tema. Porque acredito que o restante da mesa deve desenvolver os demais tópicos relacionados. Esse tópico que escolhi para falar tem sido falado muito ultimamente na mídia: perda de água. Essa é uma oportunidade muito boa, porque esse tema tem sido abordado pelas operadoras de saneamento de uma forma, ao nosso ver, completamente inapropriada no que diz respeito aos números e às interpretações desses números. Importante, então, pontuar algumas coisas que queria compartilhar com vocês para que possamos de agora em diante olhar para esses números, entendendo melhor o que eles significam e o que podemos fazer para mudar essa realidade.

A primeira questão que queria ressaltar é o próprio conceito de perdas de água. O que tem se veiculado por aí passa a ideia de que perda de água é só perda física, através de vazamentos e desperdícios. Mas há um componente significativo, principalmente nas regiões metropolitanas e nas áreas mais adensadas nas maiores cidades, que são as chamadas perdas comerciais ou aparentes. O que são essas perdas aparentes ou comerciais que entram nos índices, compõem os índices, mas não vem sendo evidenciado? São os consumos não autorizados. Ou seja, é a perda de água que

ocorre através das fraudes, furtos, ligações clandestinas, fraude no medidor, muitas vezes invertendo o medidor, danificando e perfurando ele, fazendo o clássico gato de água, o *by pass*.

Tudo isso gera perda e compõe os índices oficiais que são divulgados pela imprensa. Mas esse componente das perdas não é evidenciado ou comentado. Inclusive os exemplos que são utilizados para ilustrar as perdas excluem esse componente. O que é muito grave. Porque perda não é um problema só das concessionárias. Elas têm um papel mais importante nesse processo, porque envolve toda a sociedade. E esse componente tem se mostrado muito significativo no percentual. Estimamos, em regiões como a de Salvador, que esse percentual chegue a 70% das perdas de água. Depois mostrarei algumas estimativas, mostrando números mais conservadores, 50%. Mas mesmo assim são números muito impactantes.

Se imaginarmos que boa parte do consumo de água se dá através desses dispositivos não autorizados, por isso mesmo sem controle do consumo, sem que possamos medir ou coibir, podemos concluir que há um desperdício muito grande quando se faz uso de água dessa forma. O desperdício já é percebido numa ligação autorizada com medidor, a gente flagra isso, pessoas lavando carro com mangueira, utilizando a chamada vassoura hidráulica nos passeios e ruas, o que dizer então de um consumo que não é medido? A tendência é o desperdício ser ainda maior.

A Embasa em determinadas ocasiões, mais de uma vez, já utilizou um expediente para avaliar a dimensão desse desperdício. Instalamos, por exemplo, medidores em ligações clandestinas, antes de ser regularizada, colocamos os medidores. O mesmo fizemos em alguns *by pass* ou gatos para avaliar o volume de desperdício. Para a nossa surpresa a média de consumo nas ligações medidas é cerca de 18 mil litros/mês historicamente. Nessas ligações, quando isso acontecia, chegava a 40, 50 mil litros. Isso aí foi medido e é um dado que a gente tem.

Então se a gente imaginar que esse consumo não autorizado, com o desperdício ali embutido que está acontecendo em todas essas ligações clandestinas quando o hidrômetro é fraudado em todas essas situações que eu mencionei, dá para fazer algumas estimativas a partir do volume não contabilizado que é a diferença entre a quantidade de água que a Embasa disponibiliza na rede de distribuição em relação ao que é medido, ao que é computado nos hidrômetros. Então a gente tem aí o volume que é perdido, vamos dizer assim. E esse volume perdido é composto tanto pelas perdas físicas, vazamentos, como pelas perdas comerciais que eu mencionei. Então pegando esse volume não contabilizado e aplicando esse percentual que eu falei do desperdício que a gente detectou nas ligações clandestinas, os números são assustadores. Pegando o exemplo de Salvador, o desperdício estimado através do consumo não autorizado, na Região Metropolitana, ao longo de 1 ano, equivale ao consumo anual de uma cidade do porte de Feira de Santana. Isso estou falando em termos de desperdício no consumo não autorizado, fora o desperdício nas ligações de uma maneira geral.

Pegando o Estado como um todo, esse número dobra, ou seja, com desperdício

de água em consumos não autorizados conseguiríamos abastecer duas cidades do porte de Feira de Santana ao longo de 1 ano. Isso para vocês terem uma idéia da gravidade desse problema. E ele mostra que a questão da escassez da água não está só associada à busca de mananciais adequados que estão cada vez mais distantes, de mananciais com boa qualidade da água, mas passa fortemente pela questão das perdas de água, tanto da parte da concessionária – e aí a Embasa que atua em 364 municípios, tem um papel extremamente relevante reduzindo as perdas reais, e esse é o papel da empresa –, bem como nas perdas comerciais. E para mudar esse quadro a gente precisa trabalhar fortemente a questão da educação, educar as pessoas, jovens, escolas, sociedade. A empresa vem investindo nisso através do Programa de Educação Ambiental e Mobilização para o Saneamento -PEAMSS- mostrando em 26 municípios a importância da água, quanto custa tratar e disponibilizar a água e relacionando isso com as questões ambientais de uma forma mais ampla. Através do desenvolvimento dessa consciência a gente consegue com que as pessoas não cometam essas irregularidades e façam o uso mais racional da água. Isso é muito importante.

Outra questão é a criminalização. Pelo fato da água ser um bem essencial e em nosso país estar disponível em abundância, isso não quer dizer que o cidadão possa violar uma rede pública e utilizar a água de forma não autorizada. Ele não pode jamais difundir essa ideia. É preciso, realmente, criminalizar o furto da água e responsabilizar as pessoas que cometem esses atos que hoje são, muitas vezes, até banalizados. E erra quem associa esses atos as classes menos favorecidas, porque nós já detectamos “gatos” de, inclusive, em mansões que era utilizado para renovar a água da piscina semanalmente. Então não é uma questão associada às classes menos favorecidas como comumente se pensa.

Da parte da concessionária, vocês podem perguntar: Tudo bem, você está falando de um componente que depende muito da sociedade, e da parte da concessionária o que é que vem sendo feito, o que é que a gente precisa fazer ainda para reduzir perdas?

Primeiro passo é o combate as fraldes e a empresa vem investindo nisso. Contratos em que a gente possa detectar esses gatos de água, detectar as fraudes nos hidrômetros, coibir isso através de ações comerciais, inclusive denunciando em alguns casos, quando cabível. Temos contratos desse tipo. Agilidade na correção de vazamento, pois todos nós sabemos que esse é um problema e um desafio que a empresa tem. Corrigir vazamento com celeridade, porque cada minuto, cada hora que a gente passa sem corrigir um vazamento, se perde muita água, principalmente nas áreas de muita pressão.

Para vocês terem uma ideia, nós temos, em Salvador, em torno de 47 equipes que fazem a identificação e correção de vazamentos. Em média, hoje, nós temos 568 vazamentos em rede e 4.269 vazamentos em ramais, por mês, na cidade de Salvador.

Além da rapidez na correção dos vazamentos, precisamos fazer uso de materiais que são mais resistentes e para isso substituir as tradicionais redes de PVC

por polietileno de alta densidade ou outros materiais mais resistentes. Só no ano de 2014, nós substituímos 8 mil metros de rede, esse é um trabalho contínuo e com isso vamos conseguindo reduzir as perdas reais.

Por último, umas das medidas mais importantes é adotar ações conjuntas, através de contratos de performance. A gente vem modelando esses contratos para que seja possível atuar tanto nas perdas comerciais, como nas perdas reais, de forma conjunta, em setores de abastecimento da cidade.

Então, em linhas gerais, basicamente é isso que a Embasa tem feito para combater as perdas reais. Eu gostaria de encerrar minha fala, acho que até já estourei o meu tempo aqui. Só chamando atenção para a importância das perdas na questão da disponibilidade da água, mais uma vez, e para a necessidade de que a gente encare esse tema e esclareça as pessoas em relação ao que se tem divulgado. Não adianta divulgar só que perda é perda através de vazamento e não mobilizar a sociedade em torno da parte que lhe cabe, também, que é coibir o uso indevido, não autorizado da água, que é usar racionalmente a água. Tudo isso faz uma diferença muito grande. Os números que eu falei aqui são impactantes. Se considerarmos isso no âmbito do Estado, daria para abastecer Feira de Santana duas vezes, ao longo de um ano. Só com o desperdício do consumo não autorizado. Então, fica aí o alerta em relação a essa questão das perdas, pois, muitas vezes, ficamos preocupados em conseguir recursos para ampliar produção, para implantar novas unidades operacionais e a água já está ali disponível, os mananciais já estão sendo utilizados, os sistemas implantados, e a água está sendo desperdiçada, está sendo furtada.

Esse é um alerta importante que precisamos fazer, agora tratar o tema com a clareza, colocando as coisas em seus devidos lugares para poder mobilizar os atores de forma correta nesse processo.

Esse é o alerta que eu queria fazer. O tema é muito amplo, caberia falar de muitas outras coisas aqui, mais os demais componentes da Mesa devem fazê-lo.

Muito obrigado pela atenção de vocês. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):-Quero registrar a presença do deputado Marcelino Galo, que também é presidente da Frente Parlamentar Ambientalista, registrar a presença do deputado Rosemberg Pinto e dizer que, quando quiserem fazer uso da palavra, faremos aqui um combinado para que não passem sem dar sua palavra.

Quero convidar, para fazer parte da Mesa, o Sr. Diretor de Desenvolvimento de Irrigação, Elias Marques Alves, representando o Secretário de Agricultura, Dr. Paulo Francisco Câmara, nosso colega aqui licenciado. Também quero convidar para a Mesa mais uma mulher, a Coordenadora de Águas para Produção do Programa Águas para Todos, Camila Santos, representando o Diretor da CAR, Dr. Wilson José Vasconcelos Dias convidado, para fazer uso da palavra, a promotora de justiça Dr^a

Cristina Seixas.

Ouviríamos, por mais tempo, cada um. Mas, como somos muitos, limitamos o tempo de cada um para 5, 6 minutos, para que todos possam dar a suas contribuições.

A Sr^a CRISTINA SEIXAS:- Boa tarde a todas e a todos, quero saudar a Mesa na pessoa da deputada Fátima Nunes; esta Casa Legislativa; todas as autoridades e as pessoas que estão na Mesa.

Em primeiro momento, quero dizer que é muito importante, deputada, que esta Casa discuta, cada vez mais, a questão referente ao uso dos recursos hídricos.

Hoje temos, no Ministério Público, uma meta institucional de garantir que a legislação de recursos hídricos – uma legislação bastante importante –, que a política nacional e estadual de recursos hídricos seja efetivada, cumpra seu papel, garanta o acesso universal à água com quantidade e qualidade necessária para que a vida, em seus processos, se desenvolva.

Sei que todos falarão da questão técnica, mas é importante dizer que recentemente tivemos um chamamento de todos os Ministérios Públicos do País – estaduais, federais, do trabalho –, pelo Conselho Nacional do Ministério Público, para uma reunião com a Agência Nacional de Águas.

Essa reunião era justamente para que o Ministério Público, diante do seu papel constitucional, garantisse esforços para que a política nacional de águas seja realmente efetivada em razão da crise hídrica. Para isso foi o encontro.

Acho que todos sabem que a Agência Nacional de Águas fez um relatório referente à crise hídrica, com dados colhidos até 2014. Perguntávamos ao representante da ANA qual seria evidentemente o papel do Ministério Público.

Diante dos fatos que estamos vendo no Brasil, da crise da falta de água no Sudeste – o que não é nenhuma novidade para nós nordestinos, pois convivemos há séculos com a crise hídrica e com escassez de recursos hídricos – nós precisamos garantir a questão da consciência sobre a finitude dos recursos hídricos. Não foi à toa que falou o nosso representante da Embasa aqui. Água não é um bem que esteja infinitamente disponível para todos nós usarmos. Isso é preciso diante dessa visão que o Brasil tem sobre o acesso à água hoje, o que é uma situação muito clara para o Ministério Público.

Uma das questões que temos travado, no Ministério Público, é a de garantir que tenhamos maior compreensão de como usar o recurso hídrico, de como poder garantir que todos os usos efetivamente se concretizem e apoiar e aprimorar técnicas de reuso da água, reduzindo o desperdício. Acabamos de ouvir falar, exatamente, disso.

Então temos de ter o grande empenho de conscientizar todos os setores usuários da água e de que forma usá-la.

Desculpem-me se estou emitindo uma opinião não tão técnica, mas, parece-me, que a crise hídrica é um fator de má gestão ou falta de gestão dos recursos hídricos.

A agência nos dizia que nós deveríamos garantir a implementação dos comitês

de bacia e dos planos de bacias hidrográficas; fazer com que eles, realmente, aconteçam; que os planos sejam bem-feitos e bem elaborados com a participação social e com a participação dos usuários da água.

E há o mais importante: precisamos garantir que haja uma democratização do uso da água.

Outra questão diz respeito ao planejamento. Este planejamento precisa ser cada vez melhor e utilizando os instrumentos da política nacional.

Não sabemos, muitas vezes, qual o nível de capacidade do aquífero e como as outorgas estão sendo concedidas. É preciso ter, cada vez mais, informações acerca da qualidade, quantidade e disponibilidades hídricas de mananciais. Sabemos não ser fácil obter tais informações.

Há uma outra questão básica que podemos focar, qual seja, dar uma lida no relatório da agência sobre a crise. Evidentemente, esse conhecimento já está disponível, pois todos têm acesso à Internet.

Nossa atuação é garantir, cada vez mais, a gestão aqui no Nordeste do Brasil. Acredito que a gestão é, talvez, o maior problema que encontraremos. Acabamos de ouvir exatamente isso aqui.

As perdas e os desperdícios precisam ser, cada dia mais, controlados. Vemos que a gestão da questão do recurso hídrico não passa só pela própria água, mas pela gestão do meio ambiente.

Por quê? Nós temos, hoje, no Brasil... Melhor, focaremos mais na Bahia, pois este é o lugar onde tenho esta realidade no Ministério Público. Nós temos uma clara discussão sobre a preservação do manancial a partir da proteção da floresta e a partir do saneamento básico.

Qual o rio, na Bahia, não recebe esgoto? Qual o rio, na Bahia, não recebe, pelo menos, em alguns momentos em que há uma situação clara, uso do material de potencialidade de agrotóxicos?

Eu gostaria muito que pudéssemos enfrentar, com muita tranquilidade, a questão da proteção das florestas e da garantia da qualidade da água. Este é um trabalho que o Ministério Público vem discutindo constantemente, porque há um grande conflito dentre os setores usuários da água. E esses conflitos precisam ser, cada vez mais, discutidos, para que tenhamos uma conscienciosidade acerca da finitude dos recursos e da qualidade desses recursos.

Como diz a lei, a primeira questão que temos de ter em mente é a escassez da água. E os usos são limitados quando se trata da escassez da água: beber e dessedentar os animais. Então precisamos pensar muito bem em como vamos atuar. A responsabilidade é de todos.

Com muita tranquilidade que a lei me assegura, eu tenho dito que a gestão dos recursos hídricos é uma gestão pública e do setor público. É o poder público quem tem de implementar os instrumentos da política de recursos hídricos. Que instrumentos são esses? A implementação dos comitês, os planos de bacias, a outorga,

garantir a classificação dos cursos de água, dentre tantos outros.

Qual é a responsabilidade do Ministério Público?

Falo, aqui, da minha instituição, senhores. Nós temos o papel de fiscalizar o cumprimento da lei. Este é o nosso papel. E, no cumprimento da lei, buscamos ser o mais resolutivos possível, e não só judicantes. Ou seja, não queremos judicializar os procedimentos que nos chegam. Nós queremos que eles se resolvam a partir da concretude da eficácia da norma.

Então, estamos investindo, cada vez mais, em projetos junto à sociedade civil e junto ao poder público para que nós possamos ter políticas públicas garantidas.

O Ministério Público tem 4 a 5 projetos buscando a garantia e manutenção dos recursos hídricos. O primeiro deles é o Floresta Legal. Estamos discutindo com todo o setor rural e urbano para a manutenção e recuperação das áreas de preservação permanente. Temos 2 projetos de ponta – um no Extremo Sul da Bahia, Projeto Arboreto – que busca recuperar tanto as áreas de reserva legal quanto as de áreas de preservação permanente, em mais de 50 ou 60 propriedades rurais. Também temos um trabalho no Paraguaçu – no Baixo e Médio Paraguaçu –, de recuperação de uma quantidade bastante razoável de mata ciliar.

Tudo isso é resultado de conversas, de termos de ajustamento de conduta, de uma discussão com a sociedade, de discussão com o empresariado, para que ele tenha consciência de seu papel na preservação dos recursos hídricos.

Temos outro projeto de saneamento do lixo para a sustentabilidade. Estamos buscando conversar com os prefeitos o tempo inteiro, uma conversa bastante realística sobre as condições econômicas das prefeituras, para que eles possam implementar seus planos de saneamento, recuperação dos antigos lixões, consorciação para aterros sanitários, garantindo o uso e o reúso. Enfim, a política de reciclagem de materiais para podermos enfrentar também a questão das águas, já que a grande maioria dos lixões e aterros está sem gestão e fica próxima a cursos d'água. Isso quando há, efetivamente, rios.

Então, o Ministério Público vem no contexto da crise hídrica – falava há pouco com o professor Bruno: crise hídrica já temos há séculos, mas só quando o Sudeste teve a crise hídrica é que o País inteiro passou a entender e a buscar soluções para os problemas referentes à escassez de água.

Temos também outro projeto muito relevante, que é o projeto Município Ecolegal. Com ele, estamos, de certa forma, fiscalizando o sistema municipal de meio ambiente, a fim de que licenças ambientais, outorgas e tantas outras coisas impactantes para o meio ambiente possam ser melhor estruturadas, no âmbito dos municípios, que têm hoje o papel constitucional – inclusive pela Lei Complementar nº 140 – de fazer o licenciamento, a gestão e a fiscalização ambiental em seus limites.

Sendo assim, estamos trabalhando arduamente para que possamos cumprir o nosso papel, e fazer com que possamos ter uma visão diferenciada na questão ambiental – que evidentemente impacta na questão dos recursos hídricos –, em um

processo em que possamos ter uma visão crítica, sistêmica e interdisciplinar.

O Ministério Público, hoje, no Brasil, tem tratado de forma bastante técnica e consciente todas as questões que perpassam pelo meio ambiente, que claramente perpassam pelo desenvolvimento econômico social do nosso País.

Evidentemente, não queremos, de modo algum, travar o desenvolvimento econômico. O que queremos é refletir cada vez mais e buscar mudanças nos paradigmas de atuação – inclusive de uso dos recursos naturais –, reconhecendo a água com um bem finito, pois se ela acabar, a vida acaba. Ela é o motivo da nossa vida! E entender se é possível ou não – e de que forma, criticamente falando – megaprojetos faraônicos e absurdamente caros realmente resolverão o problema da crise hídrica. Não trago a solução, trago a interrogação, o questionamento.

Temos também de reconhecer a responsabilidade de cada um. Cada um tem o dever de proteger. A coletividade tem o dever de proteger um bem que é público. A água é um bem público, portanto, esse dever tem de estar revelado em uma mudança de produção; em um paradigma novo de consumo, em uma nova visão de que os recursos naturais – e aí trago a água para essa própria visão. Ou seja, o recurso hídrico precisa ser melhor usado, melhor distribuído para garantir sempre que todos tenham acesso, porque, em geral, quando vemos as questões de escassez, quem realmente tem dificuldade é aquele que não pode pagar pela água. Então, precisamos cuidar cada vez mais da água, porque as pessoas mais carentes são as que mais têm problemas com a água.

Então, a nossa grande visão lá, no Ministério Público, é a de que precisamos, cada vez mais, tratar o meio ambiente de forma racional, buscando reduzir, reciclar, reutilizar e, evidentemente, reeducar as pessoas para que entendam que elas têm um compromisso consigo próprias e com a humanidade. É este o recado do Ministério Público.

Agradeço muito pelo convite, e quero dizer que é muito importante que esses eventos se repitam e que possamos levar cada vez mais informações à sociedade para que ela contribua também para a melhoria da qualidade de vida dela própria.

Muito obrigada. (Palmas.)

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Muito obrigada, doutora.

Agradeço também ao doutor que falou anteriormente.

Aqui temos a felicidade de contar com a internet e a *TV Assembleia*. Muitas pessoas nos estão acompanhando porque hoje, pela manhã, fizemos um trabalho muito grande nas redes sociais, avisando aos nossos acompanhantes do *Facebook* e de outras redes que estivessem atentos neste horário. Depois, também teremos a oportunidade de ver o vídeo para distribuir naquelas comunidades, nas escolas. O importante, falo sempre aqui e em qualquer lugar, é que quando termina a missa, sou da Igreja Católica, é que começa a nossa grande missão. Ou seja, quando termina este

grande conhecimento nesta Casa Legislativa cabe a qualquer um que participou aqui levar e multiplicar esse conhecimento. Fico muito feliz e agradecida por vocês estarem colocando aqui, para nós, essas experiências.

Quero registrar as presenças de Herbert Florence, secretário-geral do PT/Bahia; Dr. Tadeu Heraldo Lopes dos Santos, biólogo do DNOCS, representando o Dr. Josaphat Marinho, coordenador-geral; Geisa Brandão, advogada, representando a presidenta da UPB, Maria Quitéria; Isaac Filgueiras Miranda, oficial de inteligência da Abin, representando o superintendente Mário Sérgio; Zé Paulo de Oliveira, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais; Alberto Dantas Schramm, representando o secretário da Cultura e Meio Ambiente de Araçás; Celso Pinheiro Magalhães, superintendente da Secretaria da Infraestrutura Hídrica e Saneamento; Marivalda Sena, representando a Associação e Clube de Mães do Engenho Velho de Brotas; Joélio Ferreira de Carvalho, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Soure; José Batista de Jesus, membro da Associação das Abobadeiras do Município de Nova Soure; João Calixto de Oliveira, da Associação do Clube de Mães de Brotas; Frederico Amaury, engenheiro ambiental da Prefeitura de Araçás; Ezequiel França, coordenador da Via do Trabalho, e todos que pertencem ao órgão. Quero passar a palavra ao Dr. Godofredo Correia Lima, representante do Dr. Marcos Vinícius Bulhões, da CERB.

O Sr. GODOFREDO CORREIA LIMA:- Boa-tarde a todos.

Quero agradecer, em nome da CERB, pela oportunidade de fazer a nossa apresentação aqui. Fiz uma apresentação em *Power Point* com o tema. O que queremos destacar aqui são as ações de controle que a CERB está fazendo no monitoramento de aquíferos e na produção de água dentro da bacia de Tucano. Mas, para iniciar esta apresentação, farei algumas considerações. Primeiro, gostaria de mostrar os nove princípios da democracia da água.

A água é um presente da natureza.

A água é essencial para a vida.

A vida é interconectada através da água. Somos 70% água.

A água deve ser livre para as necessidades de sustento.

A água é limitada e exaurível se não for usada de forma sustentável. Apesar de existir o ciclo hidrológico, a contaminação a torna limitada para o consumo humano.

A água deve ser conservada.

A água é um bem comum. Ninguém detém o direito de destruí-la.

A água não pode ser substituída.

Como todos sabem $\frac{3}{4}$ da Terra são constituídos de água, 97,5% dela está presente nos oceanos e os 2,5% restantes são de água doce. Está presente também em forma de geleira, meteórica - as partes que estão nas nuvens -, além da água subterrânea. E apenas 0,07% é a água superficial. Nesse ponto, a subterrânea está em torno de 1%. Então, a maior parte da água doce da Terra é a água subterrânea.

O Brasil detém 13,7% da água doce do Planeta, sendo que 7% se encontram

nos rios do Sul, na Bacia do Paraná e 70% na Amazônia. O restante fica distribuído entre o Nordeste e o Centro-Oeste, sendo que no Nordeste o principal é o Rio São Francisco. Todos sabemos que, mesmo com 13,7%, a distribuição demográfica do Brasil está toda no litoral. E a água está no Norte. Por isso, os problemas de escassez já vêm acontecendo nas principais metrópoles do País.

O Estado da Bahia, com cerca de 560 mil quilômetros quadrados, é uma área territorial e geologicamente constituída em quatro domínios geológicos: rochas sedimentares, metas sedimentares, o embasamento cristalino e as calcárias. As condições climáticas que mostram médias de precipitações variando de 300 a 2.700mm/ano tornam esse elemento ainda complexo, porque num mesmo tipo de rocha pode ter água doce e água salgada, a depender do tipo de clima em que ele está inserido, como no caso das rochas do embasamento. A Geologia associada a esse fator climático permitiu delimitar esses quatro grandes domínios hidrogeológicos.

Não os discutirei aqui, mas em verde estão os territórios sedimentares, em azul os calcários, em amarelo as coberturas e os metassedimentos e em vermelho os terrenos de embasamento de rocha cristalina, que são cerca de 55% do Estado.

As reservas permanentes - falo de águas subterrâneas - do Estado da Bahia estão em torno de três trilhões e quinhentos bilhões de metros cúbicos. Isso reserva permanente. E resulta que pode haver uma potencialidade de 4,5 bilhões de metros cúbicos por ano, potencialidade explorável. Explicarei o que é isto.

A reserva permanente seria essa água que ficaria permanentemente acumulada para usos extremos. A reserva renovável é uma reserva que anualmente é renovável, é uma água que você pode usá-la sempre, ela não vai fazer falta no futuro, desde que seja usada adequadamente.

Então, dentro de um estrato de rocha, temos três tipos. A reserva renovável é essa que falei que podemos usá-la. Nas bacias sedimentares, que é o nosso tema aqui que será a Bacia de Tucano, elas têm 112 mil quilômetros quadrados dos 560 mil. E tem uma reserva permanente de 3,22 trilhões de metros cúbicos. Para vocês terem uma ideia, Pedra do Cavalo é 5,5 bilhões, aqui estamos falando em trilhões. Ela pode nos fornecer em torno de 453 metros cúbicos por segundo. Salvador, hoje, acho que consome em torno de 25 metros cúbicos por segundo. Então a potencialidade de todas as bacias é essa.

Na região Nordeste a gente selecionou por quê? Essa Bacia de Tucano está encravada dentro de uma região que é semiárida, tem sido bastante procurada como fonte de abastecimento e só tem dois rios perenes, o Itapicuru e o Vaza-Barris mais a Norte; tem o rio Inhambupizinho aqui embaixo também. Mas, de maneira geral, todas as drenagens que têm são secas.

Então, ele constitui um dos mais importantes aquíferos na Bahia, tanto pelo potencial de qualidade como de quantidade, pelas reservas que ele tem como a gente já viu e pelo fato de estar assentado numa das regiões mais carentes de água. Na Bacia de Tucano só a reserva é de um trilhão de metros cúbicos; a Bacia de Tucano como um todo, de Norte a Sul, as três bacias que estamos vendo ali e têm

potencialidades de 169m³ por segundo de água, mil litros.

Então com essa disposição geográfica e essa qualidade de água, o governo do Estado já está implantando, a partir da Bacia Sedimentada de Tucano, um projeto para abastecimento dos municípios que estão no entorno, que precisam de água e não têm água de qualidade, que seria o que chamamos de Projeto Águas do Sertão, que foi dividido em cinco blocos.

Aqui você tem o primeiro bloco que é o verdinho, é o Projeto Nordeste Fase 1, já está concluído. Ele retira em torno de 700 mil litros de água por hora para abastecer essa zona toda aqui. Hoje já está concluído, operado pela Embasa. A CERB já concluiu os poços para fazer o Projeto Águas do Sertão a Fase 2, os poços estão prontos. A obra da adutora está em andamento e existem mais três para serem implantados: um no Tucano Centro, um no Sudeste e outro no Nordeste.

Aqui está o foco. Visando aprofundar o conhecimento hidrogeológico dessa região foi que a CERB decidiu estudar esse aquífero, de onde está sendo tirada essa água para saber a sustentabilidade dele, até que ponto você pode utilizar essa água para consumo humano com a finalidade de preservar esse manancial para o futuro. Para isso, fizemos um modelo conceitual e numérico de estudo que a gente verá aqui os resultados. Trata-se de um serviço de alta complexidade tecnológica, que é inédita na CERB e em outros setores no âmbito do governo do Estado. Para esse trabalho, foi montado dentro da CERB um grupo de estudo específico com especialistas para definição das características mais importantes, que são a extensão, as áreas de recarga, a espessura, a profundidade do nível de água, a qualidade dessas águas e os parâmetros de condutividade hidráulica.

Para encerrar, vou mostrar as conclusões. Dentro dessa área em que trabalhamos, que é a área que pega de Banzaê e vai até Cícero Dantas, pegando um pouco também da zona de Euclides da Cunha, onde estão implantados os novos poços do Tucano Noroeste, é que chegamos a essas conclusões. As taxas de bombeamento atualmente praticadas são sustentáveis a longo prazo. Esse resultado é consistente com as análises feitas durante o desenvolvimento do modelo conceitual, que mostraram uma boa permeabilidade dos sistemas aquíferos avaliados e elevada disponibilidade hídrica do manancial subterrâneo. Mesmo dobrando-se a vazão atualmente captada no sistema aquífero, não há qualquer rebaixamento significativo em relação ao que já existe atualmente. Então, o que já estamos tirando lá, pode-se dobrar esse modelo que, pelas simulações e pelos estudos, não vai haver rebaixamento significativo. Embora seja, em geral, previsto um aumento nas concentrações de cloretos, que é a salinidade, no aquífero, com o tempo, esse aumento é pequeno. Nas simulações que foram feitas, a profundidade de exploração atual não deve provocar a longo prazo impacto significativo na salinização dessas águas captadas. Agora, a instalação de poços mais profundos do que os existentes só deve ser contemplada com estudos de caracterização de perfil hidroquímico do sistema aquífero de profundidade maior do que aquelas conhecidas. Quer dizer, os postos que a CERB perfurou lá são em torno de 400 a 450 metros. Não é

recomendável, antes de se fazer estudos mais aprofundados, aumentar a profundidade, porque temos local lá, próximo de Cícero Dantas, 12 mil metros de sedimentos com água doce em torno de, se não me engano, 1500 – em torno dessa ordem de grandeza. Então, não se deve aprofundar ainda sem o conhecimento. É melhor se fazer dois poços de 400 do que um de 800.

A instalação de poços de captação com sessões filtrando, posicionadas próximas às zonas aquíferas de alta salinidade, implicará no aumento da salinidade da água captada em função de uma drenância vertical. Vai-se puxar água salgada que está embaixo para cima. É isso.

Quero agradecer em nome da CERB a oportunidade que tivemos para falar sobre isso, e estamos à disposição no telefone e no e-mail.

Muito obrigado. (Palmas.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes)- Obrigada, Sr. Godofredo. Essa apresentação que o senhor fez enriquece o coração de muita gente que irá fazer cobranças de alguns poços, alguns sistemas que já estão quase prontos, e com essa riqueza que o senhor apresentou aí, vai apressar os passos do Dr. Jorge, que já se viu muito apertado por uma certa deputada e está ali já de coração batendo.

Mas vamos em frente que vai dar tudo certo.

Muito obrigada a todos. Sei que é muito rica essa tarde.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes)- Com a palavra o padre Francisco, representando a Cáritas Brasileira, instituição de sociedade civil, para alternar, assim, as nossas vozes aqui da Mesa.

O Sr. PADRE FRANCISCO DE ALMEIDA:- Boa-tarde a todos, saúdo a Casa e a Mesa, na pessoa da deputada Fátima Nunes, e agradeço também pelo espaço concedido a esse organismo da Igreja Católica, na medida que o Brasil vem se desenvolvendo ou também se envolvendo em conflitos, tem o registro das Cáritas para ajudar ou muitas vezes minimizar o sofrimento das pessoas mais pobres. A nossa fronteira são as famílias empobrecidas ou as pessoas em risco onde estejam, nos centros urbanos ou nas áreas de semiárido, como é o nosso caso.

Falo em nome da Cáritas Nordeste III, mas também de um lugar particular que é a região de Irecê, onde trabalho à frente de um projeto de convivência com o semiárido pela Cáritas Diocesana de Irecê. Também falo em nome da ASA Bahia, no último encontro estadual, preocupado também pela temática da água, e não só da água como elemento, porque a água não pode ser tratada simplesmente como elemento desmembrado, a água é cultura, água também é conflito, ela tem interesses econômicos, políticos, a água é muito mais do que um elemento finito, é um espaço também.

Na minha região, na última reunião estadual da ASA, foi criado um grupo de trabalhos sobre a política de convivência com o semiárido, eu represento também

esse GT aqui nesta Casa. Cito livremente, talvez eu erre o autor, estou usando ainda da Faculdade de Filosofia, Adam Smith, tentando conceituar a água, ele dizia que a água é um recurso natural abundante, indolor e incolor e sem interesse econômico. Ele se confundiu, para o tempo dele talvez sim.

A minha região, cito essa referência para um pouco contextualizar. Nos anos 70 e 80, ela sofreu muito por ter um solo fértil e tinha boa precipitação, e por conta de ter esse solo fértil ela foi alvo de investimento, partindo de um modelo, isso que queria tratar aqui, porque vou falar do lugar que ocupo enquanto membro da Cáritas, membro da ASA, somos simplesmente facilitadores, sistematizamos o que as famílias vivem e dando o rosto a um jeito muito simples de conviver respeitando o que muitas vezes foi falado aqui: limite, escassez, e acho que temos um modelo. Irecê sofreu e vem sofrendo, acho que não só Irecê, falo de lá porque é onde convivo, que é um modelo desenvolvimentista que trata os recursos naturais muitas vezes numa visão míope, simplesmente com interesse econômico e desconsidera o hábito local, as tradições, o modo das pessoas viverem, pelo contrário, chegam recursos de fora, supervalorizam os lotes, as terras, mas expulsam as famílias, cidades maiores começar a inchar, depois as periferias das grandes cidades também e muitas vezes onde se tinha famílias que habitavam, que trabalhavam, que cultivavam e que produziam, gerava renda e alimento, fica deserto. Talvez seja essa a imagem mais forte do semiárido. Mas esse semiárido é criado, inventado. O semiárido que conhecemos no dia a dia é totalmente diferente, tem a mata branca, tem a caatinga, sim, que talvez se vocês forem lá nesse período, que não conhece a região, se assusta. Mas lá tem bode, tem cabra gorda, tem carneiro, tem água, tem famílias cultivando, tirando sua mamona, um pouquinho de algodão, milho, andu. Então, é uma outra região, é uma outra imagem do semiárido.

Mas a minha região nos anos 70 foi alvo desse movimento desenvolvimentista que achava que com duas culturas iríamos resolver o problema do país todo. Então, Irecê acabou sendo responsabilizado para abastecer todo o Brasil com feijão e milho, depois a mamona. Como a terra era fértil, e hoje ela sofre, porque a região é olhada simplesmente como sendo um oceano subterrâneo.

É uma outra visão míope. Eu não sou contrário ao desenvolvimento, mas ele tem que ser sustentável. Eu não sou contrário de que haja expansão econômica, mas ela tem que respeitar os limites da natureza. E as novas fronteiras econômicas vêm para fazer um dreno e elas não vão drenar só recursos, elas vão drenar possibilidades dos mais simples de sobreviverem. O Oeste baiano é alvo disso com o agronegócio. A minha região já está com a mineração. E todas essas atividades são demandantes de água e, muitas vezes, em um nível excedente, sem regulação, sem limites. Não sei como fazem para conseguir fazer isso de modo oficial, de modo tranquilo. O uso de água é muito excessivo. Há um uso abundante de água em um lugar e há comunidades inteiras sobrevivendo com o mínimo do mínimo de água.

Enquanto ASA, enquanto Caritas, esse é o universo que estamos trabalhando no dia a dia com as famílias. A minha fala não é técnica, mas é uma fala de um

homem que, além de padre que trabalha com as famílias, eu também tento fazer um trabalho de intervenção. E quem vê o Sudeste, e talvez os centros do próprio Nordeste, com essa crise hídrica, tem sofrido racionamento de água. O sertão está convivendo com mais tranquilidade, porque as famílias já faziam... A intervenção que estamos fazendo é ampliando a capacidade de estoque das famílias. Mas as famílias já guardavam água. Aquelas que tinham mais condições, entre ter um carro, isso ou aquilo, eles tinham um reservatório, um tanque, uma cisterna, quer seja o vizinho de sua casa, muitas vezes dentro da própria garagem. Se vocês olham, quem vem do interior, era bem comum a morte de crianças afogadas por descuido dos pais, elas se afogavam em cisternas que estavam dentro da própria casa. Portanto as famílias sempre fizeram a cultura do estoque.

No meio dessa crise toda, com a ajuda do carro-pipa, claro, do Exército, as famílias do sertão têm água para dessedentar os animais e elas têm água para o consumo. E elas fazem a gestão disso. Para mim, é o que é mais interessante: as famílias fazem a gestão da água. E elas vivem bem.

Eu queria finalizar a minha fala dizendo que, para mim, é muito claro que, além de ser um problema de escassez, vejo que também é um problema político. Concordo com a promotora. Existe má gestão, por quê? Porque existe conflito de interesses. Se o Adam Smith estivesse aqui, acredito que ele reformularia o seu conceito sobre a água. A água está sendo tratada como negócio. Há interesses. Não dá para manufaturar sem água, não dá para industrializar sem água. Não dá. Creio eu que existem dois modelos em conflito: o modelo desenvolvimentista que está aí e que tem o poder de barganha muito grande dentro dos processos políticos do Estado; e um outro modelo que é o de uso sustentável dos recursos. Que pensa em usar agora com equidade, e pensa nas gerações que deverão ter acesso à água. E acesso à água e aos demais recursos naturais com qualidade. E com quantidade suficiente para se ter uma vida digna. Essa é uma responsabilidade social, e também uma questão de gestão, de administração. Isso envolve a iniciativa privada, envolve o cidadão comum, mas envolve muito os representantes públicos. E aqueles que regulam, que estão nos espaços que regulam o uso, a outorga e o destino dos recursos naturais.

Cito a água, porque é um tema em pauta, mas isso também se estende aos demais recursos naturais que vêm sendo tratado, muitas vezes, em muitas falas, simplesmente como elemento gerador de dívidas, gerar lucros. Esse é um preço que começamos a pagar. Mas as gerações futuras vão pagar um preço muito mais alto do que o que pagamos.

Finalizo dizendo que, para mim, são dois modelos inconciliáveis, que têm suas defesas, mas acredito que precisamos tratar essa questão do uso da água, esse conflito, com muita sobriedade. Uma coisa é o uso do recurso com sustentabilidade, as famílias vêm fazendo isso; outra coisa é o uso para as grandes indústrias, para o agronegócio, que está nas mãos de poucos.

Eu estou com muita liberdade para dizer isso, está aí, as pesquisas dizem, quando se produz, gera divisas para o país, mas drenam os recursos naturais para

fora. É a agricultura familiar que põe na mesa de cada cidadão brasileiro a maior parte do que as pessoas vão ingerindo e consomem.

Então água é vida, meus amigos. E temos aí dois modelos que não se coadunam, não se conciliam: o modelo desenvolvimentista e o modelo sustentável, que é milenar, patrimônio das famílias desde a ocupação deste País e desde que o ser humano começou a se erguer e andar neste mundo.

Finalizo agradecendo a oportunidade. Saúdo a todos vocês e espero que daqui também possamos tirar encaminhamentos e que possamos nos comprometer, porque depende muito de cada um de nós.

Obrigado a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Muito obrigado, Padre Francisco pelas suas reflexões, elas valerão muito para os nossos planos PPAs e outros que estaremos fazendo. Convido para fazer uso da palavra o Dr. Célio Costa Pinto, superintendente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – Recursos Naturais Renováveis.

Recebi uma mensagem muito bonita e, daqui a pouco, vou fazer a leitura dela.

O Sr. CÉLIO COSTA PINTO:- Boa tarde. Sou superintendente do Ibama aqui do Estado da Bahia, sou analista ambiental concursado, há oito anos e meio à frente do órgão já. Mas quero agradecer o convite da deputada Fátima Nunes e, através dela, cumprimentar toda a Mesa, e dizer que é muito importante, a nosso ver, como maior órgão ambiental do país, a discussão desse tema da água.

Para nós do Ibama, a água não é um recurso, é um bem ambiental. Um bem que é um símbolo e eu até diria que a gente pode utilizar a água como exemplo para a política ambiental, para traçar a nossa diretriz de discussão de toda a política ambiental, porque a água perpassa diversas agendas. Temos a água envolvida em diversas agendas, como bem falaram os meus antecessores.

Eu quero dizer que esta Casa é o local mais indicado para discutir como a sociedade deve fazer uso desse bem, que é um bem difuso, é um bem de todos, e aqui tem na Assembleia Legislativa da Bahia uma frente parlamentar ambientalista - - o deputado Marcelino Galo estava aqui agora há pouco – e que discutiu na segunda-feira passada, inclusive, um exemplo para o país, que é a gestão da hidrelétrica binacional de Itaipu, um exemplo de como envolver a comunidade do seu entorno na gestão daquele reservatório de água.

Então a Assembleia Legislativa tem um papel preponderante, como tem o Poder Legislativo no nosso País que vai trazer a legislação que nós do Executivo temos que cumprir. O Ibama, que está na agenda do comando e controle, ou seja, fiscalizar, licenciar e, em parceria intensa com o Ministério Público da Bahia, a Polícia Ambiental – está ali o Major Natan - temos feito um trabalho que considero exemplar para o país, que a fiscalização preventiva integrada – FPI, com a Dr^a. Luciana Khoury à frente, são mais 19 órgãos, mostrando que fiscalizar os ilícitos, os

crimes ambientais na Bacia do São Francisco, já estendendo para a Bacia do Paraguaçu, é algo necessário, porque detectamos na prática uma série de irregularidades. E a água está dentro disso, quando auditamos os sistemas de abastecimentos de água, não só problemas que temos com os sais de algumas obras inacabadas da Codevasf, e uma série de problemas que expõem a saúde da população, e a água está interligada na saúde também. Sabemos disso.

Hoje nós temos um grande problema que aqui na Bahia precisa ser discutido: a Bacia do Rio São Francisco, uma bacia federal, mas grande parte dela, como o Médio e o Submédio São Francisco, está em território baiano. E estamos vendo a grande dificuldade de gerir essa água. É problema de gestão, envolve diversos órgãos, mas sobretudo toda uma economia em cadeia da piscicultura, do turismo, da irrigação do polo frutífero de Juazeiro e Petrolina, ou seja, um multiuso, e todos estão com dificuldades.

Então, o desafio é muito grande em manter a água para todos, porque poderemos no final do ano chegar aos reservatórios sem água pela primeira vez na história. Um cenário já aponta a crise mais difícil dos 85 últimos anos, e estamos todos preocupados com isso. Acho que temos de discutir a questão climática, porque existe uma vinculação da crise hídrica com a crise climática que o Planeta atravessa. Para destacar, acho que a comunidade científica vem falando desde 2007, o IPCC da ONU vem apresentando relatórios, e ainda neste ano, no mês de novembro, em Paris, será discutida na COP do Clima a tentativa de um pacto global. Se até 2100 conseguirmos manter o acréscimo da temperatura em dois graus, será um grande avanço. Mas tudo indica que não vamos conseguir. Então, pode chegar a quatro ou cinco graus o aquecimento global. E a Terra, mais aquecida, vai ocasionar - já estamos vivendo isto - eventos extremos de muitas chuvas concentradas ou muitos períodos de seca e a necessidade de adaptação. Porém não estamos discutindo isso. Então, as chuvas de maio aqui em Salvador, que causaram a morte de 21 pessoas com diversos problemas nas encostas, precisam ser encaradas dentro de uma estratégia mais ampla dos planos de adaptação aos desastres ambientais com os efeitos climáticos. Portanto, é preciso fiscalizar a nossa mata e as Áreas de Preservação Permanente. E sair desta lógica de entubar os rios, de colocar sujeira embaixo do tapete, em vez de revigorar as nossas bacias hidrográficas, recuperá-las e dotá-las de bens ambientais que prestam serviços ambientais. Logo, os desafios são imensos. Como disse a deputada, daria uma tarde inteira só para falarmos disto tudo.

Para concluir, deixo como sugestão que na Bahia a gente reative o Fórum Baiano de Mudanças Climáticas, que não tem sido atuante. E que a gente faça também uma profunda discussão e revisão da política de recursos hídricos. O Bruno, que vai falar e foi meu professor, é uma pessoa admirável, um grande técnico da área. Ele tem esta grande missão no Inema, a da gestão da água aqui no Estado, e sabe das dificuldades, pois estamos prestes a ter um colapso. Com os números atuais, apesar da reserva, precisamos melhorar a utilização da água e o nosso enfrentamento com o problema climático. Então, precisamos fazer esse *link*.

Há também o problema da governança com as outorgas. Precisamos ter o balanço, saber exatamente quanto foi outorgado, ter o controle disso. Talvez o professor possa falar um pouquinho. É preciso ter mais fiscalização eficiente, transparência nas informações, dar vida aos conselhos trazendo a sociedade civil para os comitês, providenciar a criação das agências de bacias, a cobrança do uso econômico da água e os planos de bacias. Ou seja, dar vitalidade aos instrumentos de governança que vão proporcionar uma melhoria na gestão que a Dra. Cristina aqui falou.

Então nós temos, todos juntos, que decidir sermos éticos com as futuras gerações ou deixar para elas uma herança maldita. E Albert Einstein já dizia: “Talvez o pensamento que criou o problema não seja o mesmo que resolve o problema.”

Muito obrigado. (Palmas!)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Em agosto, quando retornarmos aos trabalhos, teremos a felicidade de estar em várias comissões. Então já sabemos que todos os membros aqui da Mesa serão convidados para participar das comissões. E, lá, em audiência pública, o tempo é maior e o debate será, também, mais participativo.

Quero convidar o deputado Marcelino Galo para fazer parte da Mesa em meu lugar. E, depois, na minha volta, passarei a palavra para ele.

Ouviremos, agora, o Dr. Bruno Jardim da Silva da Diretoria de Águas – Dirag – do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Inema.

O Sr. BRUNO JARDIM DA SILVA:- Boa-tarde a todos os presentes. Saúdo a Mesa e os colegas.

Vamos conversar algumas coisinhas. Não trouxe nada muito pronto, pois queria ouvir e trazer algumas reflexões.

Estamos todos nós, aqui, pedindo por gestão da água. Isso é muito interessante. Ninguém mais do que a Secretaria de Meio Ambiente quer fazer a gestão da água. É sua tarefa. Isso não é uma questão de querer.

Farei uma comparação. Todos nós queremos segurança pública. Mas isso não é um problema, exclusivamente, de polícia. Não é? Isso é um problema que envolve muito mais coisas. Por exemplo, como cada um participa do processo?

Vamos trazer algumas reflexões. Vou-me propor a trazer coisas para pensarmos em relação a coisas que ouvi também. Por exemplo: a água é finita. Isso é verdade. A água é um recurso natural finito, mas renovável.

Então, se eu tenho um tipo de mineral que possa explorar em uma determinada região, este determinado mineral pode acabar naquela região. Se eu tenho uma água disponível em um rio ou em um aquífero, esta mesma água pode acabar quando eu vou com muita vontade em cima dela. Mas, ao mesmo tempo, quanto à água, ela se renova, pois ela não é como aquele minério que está ali em uma quantidade finita. A

água tem uma quantidade finita, mas ela se renova.

A natureza pulsa que nem o coração da gente. Se você tiver a oportunidade de ver seu sangue correndo em suas veias, verá que ele, o sangue, não tem um jato contínuo como a água da Embasa na tubulação. Ele tem um período de águas e tem um período de estiagem; tem um pulso do coração batendo que joga e, depois, vem devagar; depois, joga e vem devagar. E, a cada ano, a natureza proporciona uma retomada dos ambientes com água que vem do céu.

Então, eu pergunto: até que ponto a eficiência de uma gestão das águas depende, por exemplo, de um modelo de desenvolvimento – como o senhor colocou – que a gente quer para a nossa região? Quem sabe responder, na região onde habita, onde trabalha, onde tem sua propriedade, que modelo de desenvolvimento quer para sua região?

Ora, fazer uma gestão de água implica em conhecer as disponibilidades, implica em conhecer como a natureza produz água e implica em planejar para cenários de convivência com essa água.

Então, reparem a importância de a gente integrar políticas de recursos hídricos com políticas de desenvolvimento.

O que a gente quer para um determinado território de identidade? O que está pensando para si?

Se ele não sabe bem essa resposta, nós temos algumas dificuldades de planejar, porque eu posso criar cenários de planejamento que, de repente, podem ser interessantes, mas hipotéticos demais.

Então, para onde estamos conduzindo o desenvolvimento em uma região? Depois, eu pergunto. Quando cada um pensa nesse desenvolvimento procura entender os limites que cada ambiente oferece? Ou cada um pensa, simplesmente, em desenvolver, desenvolver, crescer, crescer?

Como uma célula de câncer pensa em ser? Não é?

Então, reparem, têm muitas questões que são necessárias reflexões, dentro do sistema, que são aspectos da sua tarefa, mas tem muita coisa que está envolvida na questão da água que não está dentro do sistema que controla, mas interage com o sistema que controla, e isso é muito importante prestarmos atenção.

O que é essa crise da água? Já foi colocado aqui, eu queria que na Bahia nós passássemos uma situação de um ano sem água. Oh, que coisa linda! Eu fico torcendo, brincando lá, quando eu tenho oportunidade. Eu queria que São Paulo passasse mais uns dois ou três anos seguidos com problema de água, para terem uma noção do que passamos aqui. Agora, qual é a diferença maior? É porque lá a água tem uma função econômica maior do que ela consegue ter em outras regiões.

Então, talvez, a crise da água não seja uma crise de quantidade, porque crise de quantidade de vez em quando nós vamos ter, sim. Vamos ter, sim. Por que vamos ter? Quanto é que eu vou ter de segurança de água que um rio pode me oferecer? Quanto é que um rio pode me oferecer com segurança? Quem é capaz de me informar? Eu

sou técnico da área de hidrologia, posso fazer avaliações, mas jamais vou dizer a vocês que eu garanto que esse ou aquele rio vai lhe oferecer isso. Por quê? Porque isso não é passível de ser garantido. Eu posso dizer a vocês o seguinte: da maneira como ele tem se comportado, da maneira como as chuvas têm caído, da maneira como a bacia responde, é bem provável que esse número tenha uma certa segurança, mas eu não posso dizer um “vai ser isso”. Se eu disser um “vai ser isso” eu vou usar tanta segurança que geralmente é muito mais do que isso, e eu vou acabar subestimando a minha potencialidade de conviver com aquela região.

Então, o processo que envolve quantificação de água na natureza, para que a gente possa interagir com ela, é sempre inseguro. É muito importante que todos tenham, claramente, isso na cabeça.

Quando alguém fala assim: a barragem tal regulariza tal vazão, essa é uma expressão, é uma coisa que pode ser ouvida de maneira extremamente equivocada. Ou seja, a partir de agora eu garanto que eu tenho sempre essa água aqui. É muito difícil isso acontecer, porque até algumas outras coisas não são ditas.

Por exemplo, qual é a vazão regularizada por uma barragem? Tecnicamente se diz que é uma que tem 90% de permanência, ou seja, 10% do tempo eu não devo contar com ela. Não quer dizer que eu não vá ter água, não tenho naquela quantidade. Mas, então, por que eu não trabalho com aquela vazão que eu tenho 100% do tempo? Tudo bem, eu posso trabalhar, mas eu vou considerar muito menos. Mesmo assim é um 100% que eu tenho que aprender a ouvir.

Vinícius de Moraes diz ...pra dizer que tem mais de uma só com certificado, assinado embaixo, não tem uma letra que ele fala isso? Eu queria ver alguém fazer lá de cima São Pedro dizer: - “Olhe, eu me comprometo a garantir chuva para garantir essa vazão”. Tragam o atestado que eu vou começar a ficar um pouco mais seguro. Certo?

Ainda temos aí a possibilidade de mudança climática, e que isso pode dizer que toda a história de informações que eu tenho sobre a água de um lugar não venha a se repetir. E vai acontecer o quê? Então, quando pensarmos em água, interagir com a água e usar a água, temos sempre que saber que estamos correndo riscos, e a nossa ambição, quanto maior ela for, mais risco estamos aceitando correr.

Eu pergunto: os planos setoriais das instituições que têm a possibilidade de utilizar a água para desenvolver suas atividades, se preocupam em interagir entre si para que possamos ter uma adequação das suas vontades com o global, que é disponível? A política de recursos hídricos, quando você faz um plano de recursos hídricos, você procura ajustar esse plano aos planos setoriais ou os planos setoriais buscam se ajustar a um plano de recursos hídricos?

Claro, que todo mundo quando vai na direção de buscar resolver problemas, enxerga aquele problema que está preocupado em resolver, lógico. Mas temos que começar a pensar de forma mais agregada.

Conto sempre uma história de meu pai, que mora fora, veio visitar minha avó que estava hospitalizada. Chegou ao hospital chateado porque o braço dele estava

com problema na articulação e ele não conseguia movimentar bem o braço, como ele veio de fora, tinha que pegar um táxi para ir ao hospital. E ele chegou reclamando, porque teve que pedir ao motorista de táxi para pegar a carteira no bolso, abrir, pegar o dinheiro e depois ainda guardar a carteira. Reclamou muito daquele braço. Observei os movimentos dele e disse que achava aquele um problema fácil de resolver. Ele argumentou que eu era engenheiro, que ele já tinha ido ao médico, tomado aplicação e tal, como eu saberia resolver? Me deu uma bronca na frente de todos! E eu perguntei a ele como estava o braço direito. Ele disse que bem. Então, falei: “Bota a carteira no bolso direito.” Ele me olhou e ficou parado. Há quantos anos ele usava a carteira do lado esquerdo?

Portanto, há quantos anos pensamos a água de uma maneira que agora exige que pensemos de forma diferente para ajustar o sistema. Nós não estamos aqui querendo dizer que não temos que cumprir a nossa tarefa. Temos muita tarefa. Díficeis tarefas, mas temos que cumpri-las, sim. Claro que teremos mais eficiência, competência e sucesso quando todos que participam do processo pensem no conjunto, e não cada um no seu setor.

A questão da outorga: a outorga garante água na sua bomba? Não. Então qual é a quantidade que posso liberar? Precisamos conhecer e definir isso. Mas para isso tenho que ter muita informação também. Se não tenho tanta informação, não quer dizer que eu não possa chegar a esse valor. Mas chego a uma estimativa que tem uma segurança menor. Na engenharia muita coisa que trabalhamos deve ter uma segurança muito grande. Nas questões da hidrologia, nem sempre posso ter tanta segurança. Porque os dados podem não ser suficientes.

A natureza produz água de uma integração do clima com o ambiente físico do mesmo jeito que temos impressão digital. Eu não tenho um padrão ISO 14.000, 9.000 de produção de água. A natureza em cada lugar tem seu jeito. E se eu não tiver informações específicas, tenho que fazer avaliações aproximadas. Mas nós sempre vamos com muito interesse em ter aquilo.

Então, reparem, a questão é muito delicada, porque depende de conhecimento. Precisamos gerar informações, ter recursos para fazer informações acontecerem. Um ano de informação não é nada, 15 anos de informação não é nada. Essas coisas têm que ser continuamente alimentadas. É interessante, sim, a sociedade tem que participar, lógico. Posso falar isso bem à vontade.

Em 1991, no máximo, eu estava com a responsabilidade de ser coordenador de Recursos Hídricos do Estado, e a Constituição Baiana pedia um ano para se ter um plano de recursos hídricos. A gente desenvolveu ao longo daquele ano um plano que propunha a lei de águas na Bahia. Encaminhamos ao secretário, não sei se chegou a esta Casa. Lá já se falava em comitê da bacia, em participação da sociedade discutindo essas coisas. Depois a coisa foi andando, foi andando e acabou não tendo comitê. Depois chegaram os comitês. Agora, não é só vontade de participar, gostar do tema. Eu tenho que conhecer, me aprofundar.

Eu gosto também de fazer outra brincadeira assim, hoje o dia é bem propício.

Todo o mundo assistiu ao Brasil ontem? Estão felizes com o Brasil, ontem, jogando futebol? Qual é o esporte para qual vamos torcer mais nas Olimpíadas achando que podemos ganhar medalha? É o futebol?

(Alguém no Plenário se manifesta fora do microfone):- Para o futebol feminino.

O Sr. BRUNO JARDIM DA SILVA:- O feminino pode ser não é? Pois é. Mas pensem num esporte em que o feminino e o masculino podem ganhar, qual seria?

(Alguém no Plenário se manifesta fora do microfone):- Vôlei.

O Sr. BRUNO JARDIM DA SILVA:- Vôlei, gostei! Vôlei está bom não está? Pois é. Então agora vamos passar a gostar mais de vôlei do que de futebol, está bom? Vamos então fazer um “babinha” de vôlei. Vamos comprar ali uma bola, uma rede, uma fita, marcar o chão e entrar na quadra, seis de um lado e seis do outro, e vamos jogar vôlei. A bola vai passar para o outro lado? Se passar, alguém vai responder? Esse “babinha” vai ser bom? Não basta querer jogar vôlei, não é só eu achar interessante para jogar vôlei, eu preciso treinar, eu preciso estudar.

Então o que eu quero dizer é que o sistema precisa da participação, mas essa participação tem que ser daquelas pessoas que não só se interessam, mas que resolvam se dedicar a aprofundar para as coisas não passarem simplesmente pelo campo da “achologia”, eu acho e passa a ser uma verdade. A gente fala tanto naquilo que acaba acreditando que é verdade mesmo. As coisas na questão da água se envolvem do mesmo jeito que uma jogada de futebol que eu olhando daqui penso que é pênalti, mas se eu pegar outras câmeras vou ver que não foi, em uma delas só. Então eu preciso ouvir o ponto de vista de cada um. O meu, é a minha verdade, mas ela, talvez, não seja a verdade completa. E eu preciso ter a capacidade de enxergar como o outro observa.

Então eu pedia uma reflexão sobre o seguinte: a água é limitada, mas é renovável. A água cumpre na natureza uma função natural. Se não existisse o ser humano na terra, ela estaria fazendo uma série de coisas tais como a modelagem da paisagem, o transporte de sedimentos, a decomposição da matéria orgânica. Há uma série de coisas que a água faz. Se eu quero a água para outras finalidades, eu vou subtrair da natureza uma quantidade que eu não posso mais contar com ela cumprindo uma função natural. Até que ponto eu posso fazer isso? Essa é uma resposta fácil? Não, mas temos que buscá-la. Depois, com o que eu faço, vou fazer uso, o que é que me interessa com esse uso? Isso tem a ver com o modelo de desenvolvimento que eu comentei aqui no início?

E já que eu vou utilizar a água para fazer alguma coisa, seria ruim pensar em que eu possa trazer o máximo de função econômica dessa água? Porque se eu uso essa água e ela produz alguma coisa, essa alguma coisa é o que eu tenho em troca da água, mas eu posso produzir muitas coisas, só não tenho água para produzir tudo o que eu preciso.

Então é interessante que a água cumpra uma função econômica, sim, mas como

eu vou criar uma prioridade? Quando a água traz mais função social. Como eu meço a função social da água? Como eu meço a função econômica da água? Fomos para uma reunião, em Brasília, outro dia para propor isso. E o pessoal não sabe ainda como vai fazer, mas nós vamos começar a ver como é que a gente vai fazer isso na Bahia. Porque como é que eu vou planejar recursos hídricos? Como é que eu vou criar prioridades? Às vezes, a gente pensa assim, vou dar só mais um exemplo, uma certa instituição federal pegou água do São Francisco e resolveu distribuir de duas formas. Primeiro, distribuiu com pessoas que foram assentadas ali e receberam terreno de graça, bomba de graça, tubulação de graça. Na frente da casa tinha um canal, ele tirava aquilo ali para produzir. Imagine uma pessoa que nunca conseguiu garantia de água estar num terreno que tem bomba, água, tudo passando pela frente da casa. O cara achou maravilhoso. Ele aí achou o quê? Que ele ia começar a plantar aquele milhozinho dele, aquele feijão, não, não se você fizer isso você na vai conseguir pagar a água, você tem que plantar outra coisa. Você vai plantar e vender e com o dinheiro você compra seu feijão, seu milho, sua farinha, e aí eu planto o quê? Eu planto o quê? Você tem que plantar alguma coisa, ele plantou mamão, quando ele plantou mamão todo mundo plantou mamão, quando colheu o mamão ele não conseguia vender porque tinha mamão demais, aí ele não conseguiu pagar a água.

Já em compensação em uma outra área dessa mesma instituição, eles dividiram em lotes e esses lotes foram colocados numa espécie de concorrência, quem paga mais para arrendar esse lote? Então o cara alugava aquele lote e, em função do que ele ganhava, ele pagava. E aí essas pessoas já estão com uma visão empresarial. Elas conseguiram naquele projeto ganhar dinheiro. Os outros não estavam conseguindo pagar ao banco, venderam a bomba, venderam tubo, começaram a plantar de sequeiro como eles plantavam nas roças deles, mas como o banco ia lá cobrar eles foram embora, fugiu, deixando o que ele ganhou. Então, veja só nem sempre quando coloco água nas mãos de mais gente representa um retorno social maior. Talvez eu precisasse fazer outros investimentos que não fossem só na infraestrutura, na requalificação dessas pessoas, no preparo para que elas possam fazer uso disso e conseguir alguma coisa. Saber que entre aquelas pessoas, algumas não querem ser empreendedoras, querem ter outro tipo de vida.

Então o que é que seria uma política de recursos hídricos? Não é só uma política que tem que pensar em termos de equilibrar demanda e disponibilidade, é uma política que tem que pensar em maximizar a possibilidade do retorno do uso da água, inclusive no que diz respeito às questões sociais porque a água é um bem público. Estou trazendo para vocês algumas coisas para a gente refletir, para mostrar a complexidade do problema e essa questão de que precisamos de gestão é verdade, precisamos de gestão, mas a gestão das águas não é participativa? Não significa que em determinados momentos ela é participativa e em outros não é.

É o tempo todo participativa, todos temos tarefas em todos os momentos nesse processo.

Muito obrigado. Desculpe-me ter alongado muito.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Eu já havia dito no início que pela riqueza cada um daria uma grande palestra. Estamos pedindo desculpas por estarmos diminuindo o tempo.

Só para que todos fiquem conscientes temos ainda dois oradores. O diretor, Itajacy Diniz, do Instituto Nacional de Meteorologia do Ministério da Agricultura, a Dra. Camila e encerrará a palestra o Dr. José Olímpio, representando o nosso governador.

Com a palavra o deputado Marcelino Galo.

O Sr. MARCELINO GALO:- Quero cumprimentar a deputada Átina Nunes, por uma iniciativa como essa muito importante em debater a questão da água, ela que vive essa experiência desde menina porque era um assunto crucial na nossa região no semiárido e vivemos discutindo soluções para isso.

Hoje tomou essa proporção. Quero saudar a Mesa em nome dessas duas mulheres, Dr^a Cristina, do Ministério Público e que tem tido um protagonismo importante na luta do meio ambiente, e principalmente nessa crise hídrica. A todos vocês os trabalhadores rurais, agricultores familiares, vocês que são de diversas instituições e que nesse momento tem essa preocupação.

Realizamos através da Frente Parlamentar, segunda-feira, um seminário importante sobre isso. Essa Frente Parlamentar Ambientalista que também foi subscrita, e a deputada Fátima Nunes faz parte dela, nós criamos como instrumento de fazer a luta política dentro desta Casa no sentido de nós debatermos com a sociedade porque entendemos que a questão ambiental é política, essencialmente política.

Então vamos discutir crise hídrica, crise política, crise econômica uma crise enfim civilizatória. E na base dessa crise aí sociedade tem como nós nos organizamos hoje para produzir, para distribuir o que nós produzimos e para consumir. Então 20% dos mais ricos do mundo consomem 86% do que é produzido de riqueza, de desigualdade no mundo. Os 20% mais pobres consomem 1,4% desses recursos produzidos. No mundo, hoje, são 7 bilhões de habitantes, sendo que 1 bilhão passa fome e tem acesso precário aos recursos hídricos e a água de qualidade.

Então, é a estruturação econômica e política rígida. Isso impacta em quê? Onde utilizamos água? Somos um grande País exportador de alimentos, um dos maiores exportadores de carne, soja e etanol. O que é isso? Um quilo de carne exportada são 15 mil litros de água. Somos um fazendão, hoje, exportador de recursos naturais e água, só que a apropriação disso é diferente. Tem gente que ganha muito dinheiro. O agronegócio ganha muito dinheiro exportando nossos recursos naturais, e os pobres do campo, os agricultores familiares, os trabalhadores rurais quase não ganham nada.

Ou alteramos esse modelo civilizatório ou acabaremos com tudo. Hoje, é

necessário uma Terra e mais 30%, o globo todo e mais 30%, para mantermos o que é produzido, da forma como é produzido e da forma como é distribuído.

Então, esta é a raiz do problema: a questão política da disputa pelos recursos naturais, como se apropria, e quem ganha com isso. Será que vai ser muito fácil para nós conseguirmos ter um mundo mais igualitário, um País mais igualitário?

Como são feitas e do que precisa as condições da produção da água na natureza? Precisa da preservação dos nossos recursos florestais. Temos que fazer a regeneração, temos que garantir a preservação dos nossos solos, que são contaminados.

Enviamos três projetos, que estão tramitando nesta Casa, que dizem respeito à regulamentação do uso de agrotóxico, que é uma epidemia neste País. Dos 50 agrotóxicos mais comercializados aqui, 22 são proibidos nos seus países de origem. Quem fabrica não usa, manda para o Brasil. Somos o maior importador de agrotóxico do mundo, e temos muito contrabando de agrotóxico.

Temos que discutir o Código Florestal, a preservação dos nossos recursos, a conservação dos nossos solos, a questão dos resíduos sólidos – como já foi colocado aqui, que acabamos contaminando nossos mananciais –, a forma de produzir na agricultura, com a contaminação direta dos trabalhadores através do lixo, que são manipulados por eles. Setenta por cento da nossa alimentação está contaminada e, desses 70% contaminados, 28% é de produtos que não têm registro. Essa é uma luta brutal, porque são interesses violentos.

Só de agrotóxicos, essa indústria fatura mais de R\$ 11 bilhões por ano do nosso País. Por isso, temos que regulamentar.

Esse projeto foi para, primeiro, proibir a pulverização aérea. Na Europa não se usa mais pulverização aérea. O que é que acontece com a pulverização aérea? Tudo é contaminado ao usá-la. Temos casos estudados aqui no Brasil que, ao se pulverizar, passou-se por cima de escolas, contaminando crianças.

Precisamos também rotular esses produtos, informar à população o que ela está consumindo, o dia em que aquele produto foi aplicado, qual o seu período de carência. Tudo isso é trabalho legislativo, mas fere interesses.

Quem controla a água e a terra neste País tem muita força política. Vocês estão vendo o que estão fazendo no Congresso Nacional – vamos terminar voltando à época da escravidão neste País –, a redução da maioridade penal para 16 anos, para prender crianças negras e pobres cujo acesso à terra e ao trabalho lhes foram negados. É a terceirização do trabalhador, para que ele seja submetido às condições mais degradantes.

Não basta só degradar o meio ambiente, tem que degradar as relações de trabalho. Tem “PEC da bengala”, que dá direito ao juiz ficar a vida toda, não colocar mais ninguém, para ele conservar o *status quo*; o Estatuto do Desarmamento, que querem alterar para que sejam vendidas armas a quem tem mais de 18 anos. Vocês têm filhos, e sabem o que é ter 18 anos e ter uma arma nas mãos. Tem muita gente

que ganha dinheiro com isso.

Ao discutirmos a questão ambiental, teremos que discutir o conteúdo de classes. A elite brasileira está ganhando com a exploração do meio ambiente e está pouco se importando se a água vai acabar ou não. Nós precisamos da água, os pobres precisam da água, todo ser humano precisa da água.

Será uma luta muito dura, mas temos que politizar essa luta. Esta Casa tem uma importância muito grande.

Vejam vocês, disseram que vão barrar esses três projetos sobre o agrotóxico sem ninguém ler o que consta neles. Estavam querendo agradar a quem do agronegócio? Claro que querem agradar a quem financia a campanha política e tem dinheiro, porque acumula recursos naturais pela apropriação da terra e da água.

Temos que enfrentar esta questão política de alterar esse modelo de organização econômica e política que está destruindo. Temos que cuidar, hoje, do passivo que temos e do que vem pela frente: do aquecimento global e de outras questões. Medidas precisam ser tomadas a partir de agora para mitigar e para nos readequarmos a essa questão ambiental fundamental.

Então, esta Casa tem uma responsabilidade muito grande, mas por si só não agirá. Precisa-se de muita mobilização e de muito apoio dos trabalhadores que sofrerão.

Vejam o povo pobre de Salvador que mora nas encostas, onde é obrigado a morar; que mora nos vales; que morreu com o impacto das chuvas.

Os pobres deste País, os que mais sofrerão com a questão ambiental, são maioria esmagadora. Isso interessa aos direitos humanos, a nós e à política. Ajudem-nos, mobilizando-se.

É preciso que a sociedade reaja com indignação a essa pauta retrógrada que está no Congresso Nacional, que levará ainda mais à degradação ambiental, à degradação humana e à negação de direitos aos trabalhadores e a nossa juventude.

Parabéns, deputada! Parabéns a todos vocês!

Precisaremos de todos para podermos alterar essa situação.

Um abraço a todos.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Muito obrigada, deputado Marcelino Galo, pela grande reflexão.

Temos muito tempo pela frente para cuidar disso, e precisamos de todos juntos, mesmo, para termos força.

Quero ler a mensagem enviada pelo engenheiro Rosalvo Júnior. Ele disse: (Lê)
“Hoje o Santo Papa Francisco lançou uma nova encíclica, denominada 'Cuidando da nossa casa e as mudanças climáticas' (nossa tradução).

Dito isso, creio ser importante esta Casa dialogar acerca dessa encíclica, que será muito importante para refletirmos sobre o meio ambiente e os recursos hídricos”.

Muito obrigada pela contribuição, engenheiro Rosalvo.

Como estamos ouvindo a palavra de todos os oradores, quero dizer que a nossa missão, a nossa tarefa é cuidar do meio ambiente, este ambiente que vivemos e queremos ficar durante muito tempo. Nossa tarefa não é pequena. Disse há pouco à Dr^a aqui, que são muitas as tarefas, são muitas as missões.

Quero saudar e agradecer a presença do vereador Amaral, de Iaçú, e de Davi, representante da ONG ambiental Aquário Limpo, do Abaeté.

Ouviremos agora o diretor do INMET, Dr. Itajacy Diniz.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Com a palavra o Sr. Itajacy Diniz.

O Sr. ITAJACY DINIZ:- Boa tarde a todos. Quero agradecer, em nome do Instituto de Meteorologia, à deputada e a todos presentes à Mesa.

Todos já falaram sobre a crise e não vou trazer informações muito boas para vocês. Vocês vão querer saber o prognóstico climatológico para o Estado este ano de 2015. Mostrarei o que aconteceu para que tenhamos esta definição este ano.

Quando fui convidado pela deputada, fiz uma imagem de satélite no dia 10 de junho. Esta é a imagem real, que já mostrava que o nosso Estado não tinha nenhuma nuvem em cima dele. Isso significa que não teria chuva.

Isto serve para os meus colegas da CERB com relação à questão hídrica, das bacias – e não se consegue fazer o manancial que deveria ser feito e que pretendemos fazer.

Em cima disso fiz um levantamento até ontem, dia 17, que mostrava como estava a atmosfera para esses dias. Só haveria chuva concentrada no nosso litoral – seriam chuviscos, ou seja, chuvas abaixo de 1 mm. É o que acontece hoje. Mas na região onde mais é preciso, que é onde tem a agricultura familiar, não teria chuva. Isso vai prevalecer.

Mostrarei alguns *slides* para justificar o porquê da minha afirmação de não trazer boas notícias para vocês.

Esse foi o cenário real de 2014. Pegamos os dados de 1961 a 2014.

Para quem não conhece, o INMET é um órgão do governo federal que tem 105 anos no País, mas só a partir de 2014 ele está sendo visto de forma diferente. Até tomo a palavra para dizer o que Bruno falou, ou seja, as esferas não se falavam. Isso se chama vaidade institucional, o que colabora para que aconteça esse tipo de situação, para que haja crise. O município não fala com o estado, que não fala com o federal, que não fala com o município e vice-versa.

Isso está mudando. As pessoas precisam mudar, como o professor falou. Políticas públicas. Quais são? Quem é o governo? Somos todos nós aqui. Não só os deputados, somos todos nós cidadãos deste País. Isso é política pública, quando todos nós fazemos o nosso papel.

Marquei no mapa São Paulo, onde houve o maior problema do País, onde houve a maior crise. Já havia a marcação de que não haveria chuvas no período de janeiro a março, e normalmente é para acontecer chuva nesse período. Foi melhorando um pouquinho em abril, maio e junho. Mas mesmo assim houve um déficit hídrico nas chuvas. Continuou em julho, agosto e setembro, que é o período de chuva na região. Não conseguimos encher os reservatórios. E já outubro, novembro e dezembro, voltou-se novamente ao cenário negativo, de crise.

Já em 2015, comparando os dois *slides*, já estava sendo severo, não houve chuva, na Bahia inclusive está bem verdinho o índice, um déficit de quase 100 milímetros de água. E é importante que em dezembro chove na região do semiárido. Porque caso isso não ocorra, o semiárido fica no prejuízo. E no início de 2015 já se mostrava isso. Em fevereiro a mesma situação, choveu ali no semiárido mas muito pouco. O que não ajuda a agricultura familiar.

Esse é o quadro real de janeiro para cá, significa que teremos seca extrema este ano. Coincidentemente, em 2009, ocorreu esse fenômeno, o El Niño, ele estava atuando. Em 2012, novamente voltou a atuar e, em 2015, a partir de 28 de maio, ele começou a atuar. Recente. Normalmente o El Niño se dá a cada três anos ou sete anos, sucessivamente. Ele está se mantendo, em 2009, 2012 e 2015.

A preocupação do Instituto é o pontinho azul, se vocês observarem, que seria o resfriamento do Oceano Atlântico. Isso preocupa a gente, porque se realmente ele começar a esfriar, essa severidade do El Niño trará aquela seca extrema que tivemos em 2012. Isso já serve de alerta, deputada e todos da Mesa. Essa é a situação real do país hoje. Ou seja, a informação está disponível para todo mundo. Nós estamos alertando há 105 anos. O que está acontecendo? Será que não é uma informação que está sendo ouvida ou lida?

Fui questionado no início do mês pelo prefeito do município, quando ele dizia que não teria sido avisado sobre as chuvas que ocorreram na cidade. Foi avisado, sim. Foi emitido alerta com 48 horas de antecedência, antes do primeiro desastre das 17 pessoas que faleceram, mas não foi feita ação alguma. Para começar a Operação Chuva não deveria ser feita em período de chuva, mas antes. Porém só fazem posteriormente. Aí pergunto: todo mundo não sabe que o período de chuva da cidade sempre ocorre agora, em abril, maio e junho? Há quantos anos isso? Não está mudando.

Quando se fala em mudanças climáticas é interessante dizer que precisaríamos ter mais de 200 anos de dados. Só assim poderíamos falar em mudança. *A priori*, não. O que ocorre é a ação do homem no meio ambiente, mudando variáveis climáticas, a exemplo de Salvador. A gente vê isso aí. Os canais que foram fechado recentemente e os alagamentos acontecendo.

Por fim, voltando, isso está acontecendo na Bahia com o acumulado de 2014 e os desvios de chuva. Sempre mostra que estamos com déficit, não estamos conseguindo colocar chuva em nossos reservatórios. Aí entra a questão ressaltada pela Embasa de que há os desperdícios e furtos que estão acontecendo. Precisamos

entender que isso está impactando. Todo mundo aprendeu na escola que para chover tem que fazer o ciclo da água: evaporar, fazer nuvem e chover. Se você está mudando o meio todo em sistema, não tem chuva.

Já mostrei aqui a questão do El Niño, que já está começando a atuar. Ali do lado esse gráfico significa, e é interessante mostrar a vocês, que todos os órgãos do mundo, e o Inmet é o representante da América do Sul, órgão oficial do governo e está junto disso aí. Então todas as unidades de previsão climatológica estão avisando que o El Niño vai ser severo, e quase dois graus acima da temperatura do Oceano Pacífico. Isso é uma gravidade. Se os senhores acham que dois graus não são nada em relação a oceano, isso é muita coisa. Para os senhores terem uma ideia, quanto ao prognóstico, que nós já tínhamos lançado, já dizia que teríamos problemas de chuva na região: março, abril e maio. (Mostra o *slide*.) Teríamos índices entre 400 a 600 milímetros de chuvas. E isso aconteceu. Então não foram chuvas, na realidade, em Salvador que já aconteceram no passado. Mostrarei os dados ao final.

E, para o próximo período, (mostra o *slide*) só há chuvas centralizadas em nossa parte do Atlântico. Este é o prognóstico para julho, agosto e setembro deste ano.

Quanto à região semiárida do Oeste, esta região terá chuva muito abaixo do que deveria ser. Este é o cenário real. Estamos fazendo já a previsão e o prognóstico para o próximo trimestre. Será que alguém vai fazer alguma coisa? Estamos em junho e, ali, (aponta para o *slide*) está mostrando os meses de julho, agosto e setembro.

Lá no INMET (Instituto Nacional de Meteorologia), fizemos um trabalho no início do ano, pois há uma preocupação com a agricultura. E todos os órgãos do ministério foram agrupados: a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), o INMET (Instituto Nacional de Meteorologia) e a Conab (Companhia Nacional de Abastecimento).

E temos este *site* que vocês podem acessar. (Aponta para o *slide*.) O que este *site* fala na realidade é tudo o que todos nós já falamos. Crise. Como usar a água para a agricultura? Como manter e não haver desperdício?

Quanto ao que foi mostrado, aqui, nesta plenária, nós começamos a desenvolver o trabalho em 2014 e, em janeiro de 2015, nós lançamos o *site* do INMET (Instituto Nacional de Meteorologia) junto ao pessoal do ministério. O trabalho está disponível para todo mundo. Isso é público. Não há nada a dizer que vocês terão de pagar para ter essas informações, pois elas estão aí.

Pelo *site*, consegue-se entender a crise, os mapas, os *links*, as abas. Tudo isso é para fazer prognóstico, a fim de entender o uso e reúso da água. Há o que está acontecendo no Brasil. Há, também, os treinamentos e as captações que são colocados à disposição do público. Vocês podem ter acesso a essas informações.

Isso tudo se deu por conta de São Paulo que é o carro-chefe do país. O que foi feito lá de real? Isso é política pública? Tirar água de um lugar para outro a fim de tapar um buraco? Isso foi alertado no passado. Não foi feito nada. Foi feito isso aí, agora, a fim de tentar resolver. E as ações? Findaram aí. Alguém fala ainda do que foi

feito ou do que está sendo feito? Não está-se falando nada.

Joaquim Gondim Filho é da ANA (Agência Nacional de Águas). Acho que Bruno deve conhecê-lo. Joaquim Gondim Filho botou essa fala: “A compreensão da crise hídrica, atualmente, se apresenta pela redução de recursos hídricos como bem público finito e com a necessidade de uso racional.”

Mas ele fala da questão da política pública. E isso é o que tem de se debater. Há de se acabar com a vaidade institucional. Todos nós temos um papel importante e fundamental para que isto aqui continue servindo a todos nós.

Sou o diretor do INMET (Instituto Nacional de Meteorologia). Cuido da Bahia e de Sergipe. Só para vocês terem ideia da nossa preocupação e a minha jurisdição, esses pontinhos amarelos (aponta para o *slide*), dentro do Estado da Bahia, são as estações que temos aqui. São 74 estações entre automáticas e convencionais. Há uns pontinhos e uns quadradinhos que são as 8 estações que fechei em 2013 com o secretário da Agricultura do Estado. Nós já colocamos e doamos ao Estado da Bahia mais 8 estações que estão avaliadas em US\$ 50 mil, ou seja, são quase US\$ 450 mil de investimentos que nós e o Ministério da Agricultura fizemos para o Estado da Bahia.

Isso é pouco? É, pois temos 417 municípios. Mas já se consegue fazer o mapeamento climatológico de toda região do país e, em especial, daqui da Bahia. (Aponta para o *slide*) Para vocês entenderem a questão de chuva, o pessoal mais técnico sabe dizer. A Embasa usa muito esses dados, porque são os regimes de chuvas.

Vejam, há o Norte e o Nordeste aqui. (Aponta para o *slide*) Você veem que a parte norte do Nordeste chove mais, às vezes, em março. O nosso litoral do Nordeste chove mais em maio. E, em dezembro, chove mais na região do semiárido. Caso não chova na região do semiárido durante o mês de dezembro, já foi. Esqueça, porque é época de seca. O que acontece em dezembro? Esses são o fator e o fenômeno que influenciam a chuva. Se não tivermos isso em dezembro com as frentes frias, não haverá chuva na região do semiárido. Aqui (aponta para o *slide*) é a zona de convergência do Atlântico Sul que vocês veem muito na televisão, ou seja, é aquela nuvenzinha que parece uma vírgula descendo por lá.

Em março o fenômeno inverte, ele vem do Equador, tende a descer e trazer nuvens para cá. Mas você vê que só chove mais no Nordeste e Norte do nosso Estado. Está lá a nuvem na linha do Equador.

Por fim, maio, o que aconteceu recentemente aqui, são os ventos do oceano. O oceano está aquecido para chover, é o que está acontecendo e aconteceu nos meses de abril e maio. Então foi surpresa o volume de chuvas em Salvador? Foi, pelo fenômeno que estava muito mais aquecido do que o normal. O *El Niño* não estava atuando naquele período, em 28 de maio, como já mostrei a vocês, ele começou a atuar.

E os dados para vocês entenderem o que aconteceu aí nesse período. Em abril de 2015, tivemos aí 27% acima da média normal de chuva por período. A média

normal do mês é de 309mm, choveu 394mm. Abril de 2015 foi 639mm de chuva, é um volume relativamente alto. Isso significa dizer, gente, 639 litros de água em 1m², é muita água; 77% acima do previsto quando a média normal seria 359, climatológico.

Esses dados aqui, para vocês terem ideia, fiz o levantamento de 1961 até agora. Olhamos dado a dado de todos os bancos de dados nossos para poder fechar esses valores. E até junho, no dia 9, quando íamos fechar, estávamos com 36% da média, está dentro do normal as chuvas, não estava nada que fosse cenário mais perigoso.

Eu botei aqui como característica os meses de abril as maiores chuvas que Salvador teve de 61 para cá, tivemos desastres também nesse período aí. A diferença era a ocupação urbana que não era como é hoje, não tínhamos encostas em 61.

Então, vocês veem que em 84 choveu 800mm, foi bem maior do que 2015; em 85, 869; 86, 700, em 2012, chamou a atenção, porque a gente pegou em um único dia 186mm de chuva. Isso aí em um dia é um desastre para cidade ou para qualquer município de modo geral. O mês de maio, tivemos em 66 um maior volume de chuva que foi 703mm; em 89, 662mm; 2009, 549 e 2015, 639. Ou seja, 2015 foi a maior chuva do mês de maio em 26 anos em Salvador. Se eu botar o acumulado, somando os meses de abril, maio, tivemos a maior chuva dos últimos 42 anos. Então, você vê que é uma escala grande para você dizer que seria desastre grande, não é, não seria isso.

Por fim, gente, para não ser muito extensivo, porque é mais técnico, muito obrigado pela participação. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- O senhor colocou o susto agora no final, então com esse susto todo decidimos aqui na Mesa convocar uma sessão especial ou uma audiência só para tratarmos do Programa Água para Todos sobre cisternas, que é a forma de guardar água da chuva, porque, de qualquer maneira, por menos que seja, uma hora ela vem e vem com força. Pedimos desculpas a Camila, porque ela vai preparar todo trabalho sobre isso.

Agora, passamos a palavra ao nosso Dr. José Olímpio para fazer o encerramento e apresentar o que ele trouxe para nos colocar aqui.

Com a palavra o Dr. José Olímpio, representando o secretário e o governador Rui Costa.

O Sr. JOSÉ OLÍMPIO RABELO DE MORAIS:- Boa-tarde a todos.

Eu queria cumprimentar a deputada Fátima Nunes em nome de todos os componentes da Mesa e agradecer o convite em nome do secretário Cássio Peixoto, por surpresa, também representando o governador do Estado aqui neste momento.

Bem, nós queríamos tocar direto na criação da Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento do Estado da Bahia. Por que aconteceu esta decisão política do governo? Esta decisão política do governo veio muito pela própria experiência vivida

pelo então secretário da Casa Civil e, hoje, o governador do Estado da Bahia, Rui Costa.

Aquela época, ele coordenava todo o programa referente à convivência com o semiárido. Nessa articulação, ele verificou a necessidade de que se concentrasse, em uma única secretaria, algumas decisões que estavam sendo tomadas em esferas diferentes. E, aí, decidiu criar a Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento do Estado da Bahia.

A Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento do Estado da Bahia foi instituída através da lei nº 13.204, de 11 de dezembro de 2014, e tem por finalidade fomentar, acompanhar e executar estudos e projetos de infraestrutura hídrica, bem como formular e executar a Política Estadual de Saneamento Básico.

Para isso, a referida secretaria unificou três empresas muito ligadas ao equilíbrio e ao uso da água: a CERB (Companhia de Engenharia Hídrica e de Saneamento da Bahia), a Embasa (Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.) e a Agesa (Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia).

Então, hoje, a secretaria tem, sob o seu manto, as três instituições. Duas instituições são muito grandes e com serviços prestados em todo o Estado Bahia, melhor, em todos os recantos do Estado da Bahia, que é o caso da CERB (Companhia de Engenharia Hídrica e de Saneamento da Bahia) e a Embasa (Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.).

Qual é a visão macro na criação desta secretaria? A lei, que a criou, define tal secretaria como responsável pela elaboração do Plano Estadual de Segurança Hídrica em comum acordo com o plano nacional que já está sendo desenvolvido pela ANA (Agência Nacional de Águas).

Esta secretaria, também, é responsável pela Política Estadual de Saneamento Básico, homologada desde 2008 com a lei nº 11.172, mas precisa ser atualizada. A secretaria vai debruçar-se em cima desta atual lei e fará um planejamento para buscar adequar e atualizar a legislação que, ao nosso modo de ver, deve ser equacionada e adequada para a realidade de hoje.

A mesma secretaria é, também, responsável pela Política Estadual de Segurança de Barragens, com base na lei federal nº 12.334/2010. Esta segurança de barragem é muito importante. Hoje, por exemplo, temos várias barragens no Estado da Bahia que foram implantadas pelo governo federal e outras barragens foram implantadas pelo governo do Estado.

E nós estamos nos deparando com o quê? Nós estamos encontrando que as barragens federais, algumas delas, estão hoje sem operação praticamente. E a ANA (Agência Nacional de Águas) está-se debruçando para ver como buscar a gestão dessas águas que são águas federais. As barragens públicas federais, implantadas pelo governo federal, são barragens cuja gestão das águas pertence à ANA (Agência Nacional de Águas).

A Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do

Parnaíba) e o DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas) são os maiores detentores e proprietários dessas barragens. E isso tem sido uma certa... Eu diria que as suas aplicabilidades não têm dado a operação que deveria ser. Muitas dessas barragens estão sendo operadas por prefeituras municipais ou pela própria Embasa. Então, há necessidade de se debruçar em cima disso.

Atualmente, já está, até, sendo discutido o assunto entre o Estado da Bahia e o governo federal acerca da possibilidade de o Estado absorver a operação dessas barragens. Estamos trabalhando nesse sentido. Estamos discutindo com o governo federal, porque as barragens – operadas pelo governo do Estado, no caso, é a CERB a responsável por essa operação – têm seguido uma operação normal, natural, e tem trabalhado junto à agência que regula toda a gestão da água na Bahia, que é o Inema (Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos).

Então, há uma comunicação muito forte entre a CERB, a Embasa e o Inema no que se refere à operação e a gestão das águas das barragens públicas e estaduais. Vamos concentrar as nossas informações aqui no Plano Estadual de Segurança Hídrica. A parte das políticas de segurança e barragens, políticas de saneamento básico, achamos que no momento não caberia esse tema, mas sim a política estadual de segurança hídrica. E qual o caminho de uma política estadual de segurança hídrica? Que ela seja definida junto com a política nacional, que se baseia em prevenir ou minimizar os efeitos das secas e cheias. Provavelmente, a Bahia não tem a mesma amplitude das cheias, por exemplo, de alguns estados do Sul, como é o caso de Santa Catarina e de São Paulo. Temos aqui muito mais o problema da seca propriamente dita do que de enchentes. Já tivemos oportunidade de ver enchentes do São Francisco, enchentes de Santo Amaro da Purificação. Temos alguns exemplos sérios de muita chuva, como é o caso que foi levantado agora aqui, de Salvador. Não é enchente, mas danos eventuais por excesso de chuva, como ocorreu em maio deste ano. Segundo informações de Linete, há 42 anos não ocorria o mês de maio com tanta chuva aqui em Salvador.

Essas águas garantem o abastecimento humano, o esgotamento sanitário. Por que nós colocamos que o esgotamento sanitário também? Porque muitas vezes o esgoto é muito mais consumidor de água do que o abastecimento de água propriamente dito. Um exemplo bem claro é o que ocorre hoje em São Paulo, que está vivendo uma crise enorme de água e tem o Rio Tietê com muita água e uma Barragem Billings cheia, lotada de água. Entretanto, a cidade de São Paulo e a Região Metropolitana de São Paulo não têm condições de usar essas águas. Por quê? Porque as águas estão extremamente poluídas e o custo é tão caro para despoluir e transformá-la em água potável para distribuir para a população, que não usa a água da Billings nem a do Rio Tietê.

Então, entendemos que o esgotamento sanitário deve ser uma das metas de qualquer programa de segurança hídrica. Você tem realmente de trabalhar nessa direção, de buscar fazer com que o esgotamento, o saneamento tenha água tratada que volte para o rio. Isso é um programa importantíssimo de segurança hídrica.

Dessedentação animal, produção ligada a área de agricultura., mineração, indústria, comércio, enfim, toda parte de produção também tem que ser garantida com um plano de segurança hídrica, e também medidas relacionadas ao enfrentamento de eventos críticos de cheias.

Nós queremos também dizer que um plano de segurança hídrica não deve ser um plano de governo, e é essa a visão que estamos tendo. Nós estamos trabalhando num plano de segurança hídrica para 25 anos, e isso daí é o mesmo horizonte que o governo federal está também trabalhando no plano nacional, ele deve ser um plano muito mais a longo prazo, e o País está precisando voltar a fazer planejamento.

Então, há necessidade de o País se debruçar também sobre esse programa de planejar, e fazer planejamento a longo prazo, como se vinha fazendo há muitos anos: planejamento na parte de energia, na parte de estradas. Então, vamos ter que trabalhar num plano de segurança hídrica, um plano de 25 anos. Esse é o horizonte para o plano estadual de segurança hídrica.

Estamos com um gráfico mostrando qual é o comportamento da população rural e urbana da Bahia nos últimos 60 anos. Em 1950, a população urbana não passava de 20% da população total do Estado. Oitenta por cento, aproximadamente, eram de população rural. Quando chegamos a 2010, houve uma inversão. Hoje, a população é muito mais urbana que rural.

Esse gráfico, vamos mais na frente dizer por que o colocamos. Há 2 pontos a serem observados: primeiro, o crescimento da população urbana em relação à rural. E o segundo é o que representa o Rio São Francisco em termos de fonte de abastecimento de água no Estado. Quando falo em Rio São Francisco... Eu estava conversando com Godofredo antes, e ele disse: “Mas tem o problema da água subterrânea”. Na Bacia do São Francisco, existe uma das maiores reservas de água subterrânea, que é Urucuia. É tão grande quanto a bacia sedimentar de Tucano. Com o conjunto da água subterrânea e a água de superfície, o Rio São Francisco representa 70% da oferta de água para o abastecimento, seja consumo humano, dessedentação animal ou produção no Estado da Bahia. Os outros 30% estariam distribuídos entre diferentes rios baianos. Quando digo rios baianos, são os rios que nascem na Chapada Diamantina e desaguam no oceano. Há rios afluentes do São Francisco, que fazem parte da Bacia do Rio São Francisco, que são baianos, como é o caso do Rio Grande, do Rio Corrente, do Rio Paramirim, só que eles fazem parte de uma bacia nacional. Nós consideramos um conjunto do São Francisco e também as águas subterrâneas.

Nas águas subterrâneas, temos 3 frentes muito importantes no Estado: a bacia sedimentar de Tucano, a bacia do Urucuia, na região Oeste, e a bacia do Extremo Sul, que também deve ser considerada como uma das fontes importantes para o abastecimento de água na Bahia.

Diante do que colocamos, quais são os eixos de intervenção que o plano vai levar em consideração? Primeiro, nós temos de observar que o abastecimento de água para a produção e o abastecimento humano e dessedentação de animais passa por um reforço do São Francisco. Há necessidade de se pensar que uma das alternativas para

a produção na Bahia e para o abastecimento de água na Bahia passa por um reforço do São Francisco. Não podemos abdicar da contribuição do São Francisco em termos de transposição interna, como é o caso do Eixo Sul, ou de outros canais de captação direta do São Francisco.

Outro eixo de intervenção seria na Região Metropolitana de Salvador e nas cidades-polo. Por que as colocamos como eixo importante de intervenção do plano de segurança hídrica? Porque dissemos que a população cresceu substancialmente e migrou da zona rural para a zona urbana. Então, vamos ter de nos debruçar sobre a zona urbana. Se não tomarmos nenhuma providência, vamos ter problemas críticos em Salvador. E sabemos que a própria Embasa tem trabalhado em cima disso. Hoje, a Embasa está revendo alguns conceitos de abastecimento da Região Metropolitana de Salvador.

A principal fonte de abastecimento de água da Região Metropolitana de Salvador é a Barragem de Pedra do Cavalo. Então o governo da Bahia já determinou e a Embasa está trabalhando no sentido de que não se venha a buscar água na Barragem de Pedra do Cavalo futuramente, mas buscar alternativas locais, na própria região úmida daqui de Salvador. É o caso da Barragem de Santa Helena e de outras alternativas, como o Rio Pojuca.

Essa perspectiva de segurança hídrica da Região Metropolitana de Salvador passa pela própria região, e não trazer água de Pedra do Cavalo, mas água que vem da região semiárida, toda ela é abastecida pela região semiárida. Quem precisa de água de Pedra do Cavalo é Feira de Santana, Itaberaba, Ipirá, enfim, todas aquelas cidades que ficam na entrada do sertão, ou então na própria região semiárida.

Outra alternativa importante é a construção de barragem e perfuração de poços. A construção de barragem é importante também, vamos ver mais na frente o porquê dessa importância e por que a Bahia tem também que trabalhar e reservar água, tem que fazer reserva de água exatamente na região do semiárido.

(Lê) “Tecnologia/Racionalização/Educação/Gestão de Uso.”

Isso foi comentado aqui e acho que a gente pode passar rapidamente.

A própria Secretaria de Infraestrutura Hídrica está-se debruçando sobre a criação de um portal da água, buscando todas as informações das mais diferentes fontes que sejam para centralizar e ter as informações sobre toda a estrutura hídrica do Estado. Esse portal da água vai ser importantíssimo, porque será centralizada essa dispersão que existe hoje no Estado.

O primeiro ponto, reforço do São Francisco: à margem esquerda desse rio, todos os rios são perenes, têm uma grande quantidade de água, o problema aí é muito mais de captação, tratamento e distribuição da água. Não há problemas graves, como é o caso da margem direita do Rio São Francisco. Temos regiões como Guanambi, Irecê que estão vivendo hoje de água captada do São Francisco através de adutoras. A Adutora do Algodão atende a região de Guanambi e a Adutora do São Francisco atende a região de Irecê.

Mas, fora esses programas das adutoras, há também a possibilidade, a Codevasf está desenvolvendo, de projetos de construção de canais de uso múltiplo, visando não só o abastecimento de água dessas comunidades, mas também para atender à produção. Temos projetos aí como o de irrigação de Mirorós que trabalha apenas com 30% de sua capacidade total. A tendência é que Mirorós seja atendido por um canal que vem do Baixio de Irecê e que deve se estender até a região de Mirorós. Aí esse projeto terá sustentabilidade.

A visão desses canais que a Codevasf está desenvolvendo, a começar pelo Canal de Xingó, lá na parte Norte, que pega a Bahia e Sergipe, o Canal do sertão baiano, já está num estágio bem avançado de estudo, que vai atender não só a região de Senhor do Bonfim, mas também vai dar sustentabilidade aos projetos Ponto Novo, Jacuípe e Jacurici.

O projeto do Canal do Baixio de Irecê vai atender Mirorós e, inclusive, o abastecimento de água também da Adutora do São Francisco.

E o Canal do Iuiú vai atender o Projeto Estreito, que é um projeto de 6 mil hectares, está totalmente parado e precisa de sustentabilidade para se reabilitar.

Esses projetos e esse programa não visam abrir nenhuma frente de irrigação, mas aproveitar os projetos de irrigação existentes e dar sustentabilidade a eles. Não é a abertura de novas frentes de irrigação, mas dar sustentabilidade ao que existe hoje. Essa é a visão desses canais de uso múltiplo.

Esse mapa aí mostra bem o quadro da distribuição das barragens no Nordeste. Verifiquem como é concentrado nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe, Alagoas. Olhem a Bahia! A quantidade de açudes públicos é muito pouca! Então a Bahia precisa também buscar a opção de fazer açudes públicos para represamento de água na região do semiárido.

Então, é um programa que o governo do Estado está trabalhando. Temos ouvido do governador Rui Costa, muitas vezes, que o governo anterior – o governo que o antecedeu – fez muitas adutoras importantes, e a ele cabe fazer as barragens para alimentar essas adutoras, porque se não tiverem as barragens, com certeza, nessas adutoras vão passar vento, e não água.

O objetivo do governador é, exatamente, trabalhar em cima dos projetos de irrigação, dos projetos de abastecimento de água a partir de barragens que serão implantadas na região do Semiárido.

Outro programa importante que gostaríamos de destacar é o Programa de Tucano, que já foi apresentado aqui pelo colega Godofredo. É importantíssimo o Programa de Tucano, que é o aproveitamento da água da Bacia Sedimentar de Tucano.

(Apresentação de vídeos.)

Então, o Projeto de Tucano, também conhecido como “Água do Sertão” vai atender, como Godofredo falou aqui, cinco setores, cinco áreas. Inclusive, essa área do Sudoeste é importantíssima, porque hoje temos um problema muito sério com a

Adutora do Sisal. A Adutora do Sisal é quem atende Valente, Santa Luz, Queimadas... Toda essa região é atendida pela Adutora do Sisal. E com esse projeto, e com esse programa da Bacia Sedimentar de Tucano vamos desafogar substancialmente a Adutora do Sisal. Vamos dar uma certa folga à Adutora do Sisal, que é trazida com água de superfície.

Quais são as soluções que estamos buscando nesse Plano Estadual de Segurança Hídrica? É a ampliação das estruturas de reservação, tratamento e distribuição de água; ampliação da rede de esgotamento sanitário – volto a insistir que o esgotamento sanitário também é um grande consumidor de água. No subsolo, é o mapeamento e o estabelecimento de limites de segurança para a instalação de novos poços; redução do consumo em novos empreendimentos. Aí, entra a parte da irrigação. Temos muitas áreas que estão sendo irrigadas por sulcos, irrigação por inundação. E entendemos que uma das grandes alternativas é buscar fazer com que se modernize o sistema, e traga uma irrigação com muito menos consumo de água. Aumento da eficiência do sistema e a gestão dos usos alternativos. Inclusive, cabe também, dentro dessas soluções, o problema da revitalização de bacias. Porque não adianta trabalhar em barragens sem que elas tenham suas bacias hidrográficas revitalizadas, para que se garanta, realmente, a oferta e a chegada de água até as barragens. Esse Plano Estadual de Segurança Hídrica é composto de projetos estratégicos. Vou dar exemplos de projetos estratégicos que o Estado já está trabalhando. Recentemente foi lançado um projeto de segurança hídrica do Paramirim. É um projeto estratégico de segurança hídrica do Paramirim que compõe o estudo do plano de Bacia do Paramirim; construção de novas barragens para reforço da água nessa bacia; garantia e sustentabilidade da irrigação existente atualmente nessa região e modernização do sistema existente lá. Além do tratamento de esgotamento sanitário de Érico Cardoso. Porque se não se fizer esse esgotamento sanitário em Érico Cardoso, que fica a montante da Barragem do Zabumbão, que é a principal fonte de fornecimento de água da região, o que vai acontecer? Essa água, da Bacia do Paramirim, ficará sem qualidade e passará a ter um custo enorme de tratamento para distribuição e oferta.

Outro projeto importante é o da Bacia Sedimentar de Tucano, “Água do Sertão”, outro projeto estratégico muito importante que faz parte, e vai compor o plano estratégico de segurança hídrica.

Também outro projeto que destacamos é o projeto de abastecimento de água da Região Metropolitana de Salvador. O próprio Estado já contratou, está sendo trabalhado, está sendo implantado, e nesse projeto de abastecimento de água da Região Metropolitana de Salvador foram incluídos dois municípios que não fazem parte dela. A RMS tem 13, e foram incluídos Santo Amaro e Saubara. Então, hoje esse plano de abastecimento d'água também contempla mais esses dois.

Com isso concluímos nossa apresentação e dizemos que o grande programa que a Secretaria vai trabalhar e cumprir, dentro de um prazo semelhante ao que a ANA traz para o Plano Nacional, de dois anos, será o Plano Estadual de Segurança

Hídrica do Estado.

Temos que agradecer, e a SIHS está à disposição de todos os senhores.

Muito obrigado. (Palmas!)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Mais uma vez quero agradecer imensamente a todas as autoridades civis e públicas que estiveram conosco. Para todos que estão no Plenário, das associações, dos sindicatos, dos grupos de mulheres, das organizações, acredito que recebemos uma grande aula. E, quando aprendemos uma lição, naturalmente ela passa a ser multiplicada, ensinada, transmitida. Acho que é esse o compromisso que fica para nós nesta tarde.

Então, quero mesmo agradecer imensamente. Nunca vi uma sessão especial com tantas pessoas do começo ao fim sentadas, prestando atenção, como vocês ficaram. Parabéns! (Palmas, muitas palmas!) O que significa um grau de compromisso e responsabilidade que temos com o tema. Os diversos temas também foram apresentados para nós pelos palestrantes, embora tentássemos, de vez em quando, dar um apito para talvez interromper o raciocínio. Mas todos foram brilhantes e levaram até o final suas apresentações, seus conhecimentos.

Vou pedir desculpas para a Dr^a Camila, mas vamos ter uma sessão especial só para esse tema da CAR e seus programas sociais. E ao major Natan, da Coppa, que não fez uso da palavra. Naturalmente, o regime da sessão especial é esse que aconteceu hoje. Todos os membros da Mesa falam, e depois nós encerramos. Nas audiências públicas tem um pouco mais de debate com os que participam da plenária.

Já estamos dentro do horário regimental, às 18h04min. Portanto, em nome do Poder Legislativo, agradeço a presença das autoridades civis, militares, das senhoras, dos senhores, dos deputados e deputadas e declaro encerrada a presente sessão, ao som da música do nosso jovem Fernando Mota, que preparou mais um som para nós.

Muito obrigada.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*